

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MEDIAÇÃO FAMILIAR: TÉCNICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PACÍFICA E
COOPERATIVA

ALIDA VALLE

Florianópolis, fevereiro de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

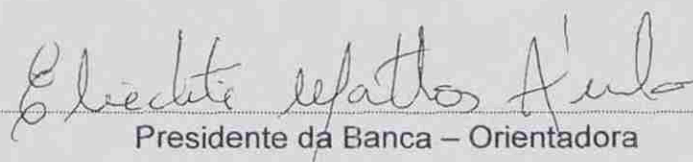
**MEDIAÇÃO FAMILIAR: TÉCNICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PACÍFICA E
COOPERATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC para obtenção do título de bacharelado em Serviço Social.

ACADÊMICA: ALIDA VALLE
ORIENTADORA: PROF^a. ELIEDITE MATTOS ÁVILA

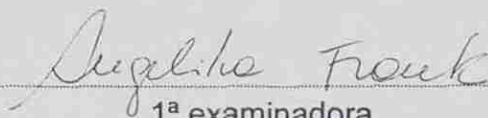
Florianópolis – Santa – Catarina – Brasil
2003

Banca Examinadora



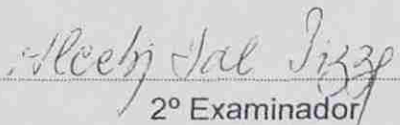
Presidente da Banca – Orientadora

Assistente Social - Eliedite Mattos Ávila




1ª examinadora

Assistente Social - Angelika Frank



2º Examinador

Assistente Social - Alcebir Dal Pizzol


Profª Krystyna Matys Costa
Chefe do Departamento de Serviço Social
CSE/UFSC

AGRADECIMENTOS

O mérito é de todos aqueles que participaram, direta ou indiretamente, dessa realização.

Não obstante, convém registrar agradecimentos especiais aos meus filhos que, com apoio moral e material, sempre se fizeram presentes durante a realização deste trabalho, bem como no decorrer do curso. Registro aqui também meus agradecimentos a toda minha família.

Aos professores que me auxiliaram com esforço e dedicação e permanentemente cooperaram com a minha formação e cuja assídua cobrança de superação dos meus limites ensejou um significativo ganho de aprendizagem não apenas teórico, mas também prático e ético, sou-lhes grata.

Aos meus colegas de curso, que compartilharam comigo esta jornada, meu abraço.

A colega Denise que muito me alentou e me confortou durante a construção deste trabalho, a minha eterna amizade.

A minha orientadora Eliedite, que soube enriquecer o conteúdo deste texto, acrescentando sugestões, fazendo correções, minha gratidão.

À supervisora Angelika, pelo seu exemplo de profissionalismo e dedicação, e que muito me auxiliou, meu muito obrigada.

Às Assistentes Sociais do Fórum da Capital, bem como aos funcionários do setor de mediação familiar, que me acolheram, me incentivaram, colaborando assim para minha formação.

Agradeço à banca examinadora, que, com sua compreensão e competência, tenho certeza, muito contribuirá para aqui registrar minhas limitações, mas também meu esforço e vontade para a construção deste trabalho. Enfim, a todas as pessoas que se fizeram presentes na minha vida, no decorrer do Curso e durante a realização deste trabalho, muitíssimo obrigado.

Especialmente agradeço a **DEUS**, autoridade suprema que, com sua benevolência, me deu a vida, o dom da inteligência: sem ela nada poderia ter sido feito. Obrigada pelo seu grande amor.

RESUMO

Este trabalho reúne atividades de pesquisa teórica e empírica, sobre a construção histórica da família, necessário para a compreensão dos aspectos que envolvem sua dinâmica, seus conflitos, sua desestruturação, desintegração e reconstrução. Frente a estas novas formas de viver familiar, destacar-se-á como se apresenta o sistema judiciário, perante esta pluralidade de conflitos, sua inoperância quanto às questões relacionadas aos conflitos familiares, tendo em vista ainda sua incapacidade de absorção do novo paradigma de família e a não utilização dos métodos alternativos, como o de mediação familiar, numa prática de direito do cidadão. Dai a relevância da temática abordando o método de mediação familiar, decodificando-o para uma visão multidimensional, informalmente, de dissolver um casamento, diferenciado do processo judicial tradicional, no qual ainda são adotados métodos estanques e rígidos não mais adequados com a realidade atual. Faz-se ainda um breve estudo e análise do projeto de mediação familiar, implantado pelo Tribunal de Justiça no Fórum da Capital, tendo em vista como proposta o uso deste método na resolução dos conflitos familiares referentes à separação, divórcio, guarda, alimentos e regulamentação de visitas, levando em consideração sua eficácia e agilidade, na resolução dos mesmos, atendendo as novas exigências da modernidade.

Palavras-chaves: família, conflito, separação, resolução e mediação familiar.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Problema de Pesquisa	11
1.2. OBJETIVOS	11
1.2.1. Objetivo Geral	11
1.2.2. Objetivos Específicos	11
1.3. JUSTIFICATIVA	12
1.3. METODOLOGIA	14
1.3.1. Limites da Pesquisa	14
1.3.2. Instrumentos de Análise de Dados	14
2. FAMÍLIA, CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL.....	15
2.1. OS CONFLITOS FAMILIARES	19
2.2. SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO	21
2.3. SISTEMA JUDICIÁRIO FRENTE AOS NOVOS PARADIGMAS DA FAMÍLIA...	24
2.4. A DIFERENÇA ENTRE O PROCESSO JUDICIAL E A MEDIAÇÃO	27
3. MEDIAÇÃO FAMILIAR.....	31
3.1. OBJETIVOS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR.....	36
3.2. ETAPAS DA MEDIAÇÃO	37
3.3. PAPEL DO MEDIADOR	41
3.4. USUÁRIO DA MEDIAÇÃO	43
3.5. O ADVOGADO NA MEDIAÇÃO	45
3.6. OBSTÁCULOS DA MEDIAÇÃO	46
4. MEDIAÇÃO FAMILIAR: MÉTODO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS UTILIZADO NAS VARAS DE FAMÍLIA DA COMARCA DA CAPITAL.	47
4.1. OBJETIVOS DO PROJETO	49
4.1.1. Geral:	49
4.1.2. Específicos:.....	49
4.1.3. Estratégia de Ação	50

4.2. ETAPAS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR DESENVOLVIDAS NAS VARAS DE FAMÍLIA	51
4.2.1. Introdução ao processo de mediação	52
4.2.2. Verificação da Decisão de Separação ou do Divórcio	54
4.2.3. A negociação das responsabilidades parentais	55
4.2.4. A negociação da divisão de bens	55
4.2.5. A negociação das responsabilidades financeiras	56
4.2.6. A redação do projeto de acordo	56
4.3. DADOS ESTATÍSTICOS NO SETOR DE MEDIAÇÃO FAMILIAR DO FÓRUM DA CAPITAL	57
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atendimento Da Triagem	58
Tabela 2: Cronograma De Atendimento	58
Tabela 3: Perfil Do Usuário Da Mediação	59
Tabela 4: Motivos Pelos Quais Procuram O Setor E Quem O Procura	60

1. INTRODUÇÃO

Com a modernização, a família, nos últimos tempos, vem sofrendo profundas transformações.

Além de ter havido uma significativa diminuição do número de seus componentes, também começou a haver um embaralhamento de papéis, e seus novos contornos estão quase a desafiar a possibilidade de encontrar-se uma conceituação única para sua identificação (DIAS, 2001, p.19).

Tomando em conta o cenário da família em que a autora se refere, muitos são os fatores que contribuem para contextualizá-la na sociedade de hoje. Utilizamos, como exemplo, a emancipação feminina, em que a mulher escolhe a maternidade, ou se integra no mercado de trabalho, tornando-se independente. Conseqüentemente, o marido não é mais o único provedor, como também perde sua autonomia dentro de casa.

Essas modificações, juntamente com outras como o alcoolismo, a incompatibilidade dos cônjuges, geram desentendimentos e conflitos, levando, muitas vezes, à separação do casal.

Separar-se, na verdade, é um processo muito complexo, que começa a partir da decisão de ruptura do relacionamento, e que traz à tona um misto de sentimentos, emoções, como desgastes, estresse, saudade, perda, raiva, culpa, dor, desespero, ressentimento, depressão, angústia e, em outros casos, alívio e paz. (NUNES, 2002, p.20).

Parece notório o que o autor está dizendo sobre a separação, é desfazer uma série de projetos de vida, para muitos, significa perda, sofrimento, luto, para outros, é alívio, paz, recomeço, não sendo encarada apenas como algo traumático, mas como um processo de transformação e reestruturação de vida.

Todavia, é preciso reconhecer que tanto na dificuldade de definir a família atual, quanto na formação de seus novos arranjos, as mudanças relativas à indissolubilidade dessas uniões, que não resistiram às crises da vida a dois, também

não diminuíram as implicações sociais, legais e psicológicas, não apenas para os cônjuges, mas, principalmente, para os filhos.

Perante estas situações mostradas, há reivindicações também no campo jurídico para atender a essas novas necessidades, tanto em reconhecer estas novas formas de união, como para dissolvê-las.

É oportuno aqui mencionar o reconhecimento, pela Constituição de 1988, na aceitação da família como um conjunto de pessoas que convivem juntas por laços afetivos. Da mesma forma, a tramitação no congresso da legalização de métodos alternativos, para a dissolução do casamento, como o de mediação familiar, e que já vem sendo adotado em alguns países desenvolvidos como o Canadá, Estados Unidos, e outros, apresentando bastante eficácia no resultado.

A proposta do método de mediação também está sendo incorporada a realidade brasileira, que vem sendo utilizada para a dissolução do casamento, em alguns estados, inclusive em Santa Catarina.

A partir dessa breve discussão sobre a família, sua constituição, como também a conflitiva separação dos cônjuges, passaremos a investigar e estudar a construção histórica da família, os conflitos familiares, o divórcio, o sistema judiciário frente aos novos paradigmas, a diferença entre o processo judicial e a separação via mediação.

Posteriormente, ressaltaremos a mediação familiar, os objetivos da mediação, as etapas, o papel do mediador e do advogado na mediação, o usuário da mediação e os obstáculos que a impedem.

Finalmente, com base em todos os conceitos, referenciais teóricos e práticos, analisados no decorrer do trabalho, destacaremos o projeto de mediação familiar

implantado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e sendo executado pelas Varas de Família do Fórum da Capital.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Observa-se que os processos litigiosos não tem sido adequados para resolver os conflitos familiares em si, mas apenas o litígio, de acordo com normas estabelecidas em lei. Isso acaba resultando em decisões impostas aos disputantes que, encontram dificuldade em cumprí-las. Tais decisões têm se demonstradas inadequadas no trato de questões familiares.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Conhecer o método de mediação familiar no processo de separação e de divórcio.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Identificar as vantagens do método de mediação familiar na dissolução do casamento.
- Conhecer os procedimentos, no decorrer da mediação.
- Verificar a agilidade do método, na separação.
- Analisar a prática do método de mediação familiar no Fórum da Capital.

1.3. JUSTIFICATIVA

O tema aqui proposto trata do método de mediação familiar e dos aspectos que envolvem essa modalidade. A escolha deste tem em vista os acontecimentos freqüentes de separação de casais na vida moderna, causando abalo emocional, psicológico, social e financeiro, não apenas para os pais, mas, principalmente, para as crianças, que normalmente estão envolvidas no conflito de separação.

É oportuno buscar conhecimentos sobre o método de mediação, na resolução de conflitos familiares, já que este permite restabelecer a comunicação entre as partes conflitantes, possibilitando uma solução do mesmo de forma mais humana e pacífica.

Essa pesquisa pode contribuir para que os pais, em processo de separação, aprendam com o método de mediação a dialogarem, e conseqüentemente, manterem uma relação de cordialidade entre si, e assim, continuarem mantendo uma relação de parentalidade com seus filhos.

Tal pesquisa pode acrescentar conhecimentos aos pesquisadores e ou aprimorar o uso do método de mediação aos profissionais envolvidos nessa área, já que ela apresenta teoria sobre o assunto, do ponto de vista de vários autores, mesmo sendo ainda bastante limitada no que se refere ao método. Envolve também a prática vivenciada no projeto em que o método está sendo executado.

O conhecimento destas práticas alternativas do Direito, como a mediação familiar, vem contribuir para o

exercício efetivo de serviços legais ou assistenciais judiciais informais. Trata-se do rompimento com os serviços legais de cunho assistencialista e paternalista calcados na prática ritualista da lei e do formalismo forense (WOLKMER, 1994, p.270).

Portanto, este tema é, inegavelmente, objeto de estudo e aplicabilidade, como informa o autor, introduzindo assim procedimentos, jurídico-informais, voltados para uma emancipação e democratização dos setores e classes menos favorecidas, contrariando, dessa forma, as já superadas leis de ordem burguesa estatal (WOLKMER, 1994).

Este tema é relevante cientificamente porque propõe produzir materiais que darão subsídios aos profissionais, a possibilidade de aprofundarem-se mais em conhecimentos referentes ao método de mediação, sua operacionalização e novos encaminhamentos dados ao divórcio e seus arranjos de guarda, alimento e visitação, buscando amparo legal apenas para ratificar o proposto.

Enfim, após abordarmos estes aspectos, queremos ser capazes de mostrar a importância da pesquisa, na busca de novas alternativas, novas técnicas, novos métodos, a exemplo o de mediação, na resolução de conflitos familiares. Neste sentido, poderá incentivar, o corpo acadêmico, pesquisadores, profissionais da Psicologia, do Direito e do Serviço Social a buscarem respostas com o propósito de estarem comprometidos com a cidadania, na defesa dos direitos, na preservação da vida, como foco de trabalho. Por conseguinte, não podemos deixar de ressaltar que é uma pesquisa limitada tanto em cunho teórico, em experiência empírica, como também na restrição de tempo.

1.3. METODOLOGIA

1.3.1. Limites da Pesquisa

A pesquisa é apenas um trabalho de conclusão de curso, com estudos e dados averiguados pela pesquisadora.

Foi realizada com algumas referências teóricas e empíricas no projeto de mediação familiar, no Fórum da Capital, num período limitado, ou seja, março a novembro de 2002, abrangendo apenas a população com renda inferior a dez salários mínimos e residente na Ilha de Santa Catarina.

1.3.2. Instrumentos de Análise de Dados

Foram utilizadas referências de vários autores, experiência no período de estágio curricular obrigatório no projeto de mediação familiar do Fórum da Capital, trabalho como mediadora num período de tempo no próprio projeto e pesquisa nos arquivos do setor.

2. FAMÍLIA, CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL

A família é uma estrutura tão antiga quanto à própria história da humanidade. A palavra vem do latim *Famulus* - significa conjunto de servos, dependentes de um chefe ou senhor, incluindo filhos, esposa e subalternos.

Segundo Amorim e Oliveira (2001, p.18), "a família antecede, e mesmo prescinde de um estatuto jurídico. Forma-se pelo simples fato de existirem homens".

Romper com essa aparência significa percorrer a história, é complexo; pois envolve crenças, valores morais, religiosos e ideológicos.

Através dos tempos, a família tem assumido formas as mais diversas, com diferentes maneiras de se estruturar, de acordo com tempos históricos, comprovando que é entendida como um fato cultural e historicamente construído.

É necessário compreender, ainda, que o processo de mudança cultural é lento, que cada cultura tem um ritmo de absorção das mudanças. Assim como cada família e cada indivíduo têm seu ritmo próprio de elaboração (RIBEIRO, 1999, p.9).

Conforme o autor, as mudanças são lentas tanto na cultura quanto nas famílias e que umas aderem às mudanças mais rapidamente do que as outras, dependendo da sua capacidade de absorção.

Com o aparecimento da acumulação da riqueza, a Revolução Francesa, as transformações industriais, a família foi construindo-se, modificando-se, convivendo o novo com o tradicional, o moderno com o antigo.

As mudanças econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas ao longo do século XX também ocasionaram profundas transformações na vida familiar, como a constituição de família advinda da união estável, sem, necessariamente, o casamento religioso ou civil. Logo a família passa a constituir-se como relação

humana de convivência num mesmo espaço com laços sangüíneos ou apenas laços de afetividade. Nesta perspectiva, define-a:

família como um ponto de convergência natural dos seres humanos. Por ela se reúnem o homem e a mulher, movidos por atração física e laços de afetividade. Frutifica-se o amor com o nascimento dos filhos. Não importam as mudanças na ciência, no comércio ou na indústria humana, a família continua sendo o refúgio certo para onde correm as pessoas na busca de proteção, o lugar seguro para a realização de seus projetos de felicidade pessoal (AMORIM e OLIVEIRA, 2001, p.18).

Assim, a família vai se modificando, acompanhando a evolução da história, confundindo-se crenças, tradições, padrões antigos com hábitos adquiridos de acordo com a época e o espaço cultural que ela está vivendo. Aí confrontam-se o conservadorismo com ideais do presente.

Essas transformações não ocorreram apenas na forma de se constituir a família, mas também na forma do relacionamento familiar, como o aumento da instabilidade conjugal, a monoparentalidade, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o novo comportamento quanto à fecundidade e à recomposição familiar.

Atualmente, a família é de maneira heterogêneas, na qual se constroem relações não mais apenas por laço de consangüinidade, mas por afeto, sentimentos, emoções, pela pluralidade de estilos, crenças, em que se misturam valores herdados com novos princípios (RIBEIRO, 1999).

De acordo com Amorim e Oliveira (2001, p.20), "em quaisquer dessas espécies, seja pela união de afeto ou de direito, forma-se o núcleo familiar: agrupamento de pessoas unidas por laços de sangue, vínculos afetivos e comunhão de interesses".

Essa nova realidade social mostra que ela pode ser formada por laços sangüíneos, interesse ou simplesmente afeto. Logo, qualquer agrupamento dessa natureza é considerado uma família. Além disso, é dinâmica, ela se constrói, se decompõe e se reconstrói novamente. E é nesse contexto das relações familiares

que se desenvolvem os afetos: amor, ódio, inveja, gratidão. Entretanto, é ali também que o sujeito aprende a reconhecer-se e fazer parte de um grupo e adquire nesse núcleo a sua identidade.

Essa diversidade das formas de organização familiar não destrói o passado, mas faz com que ele conviva com o presente, se legitima a família atual, cheia de diferenças e contradições.

Sobre essa realidade, observa-se que:

as práticas são heterogêneas, não porque a família hoje é um modelo pós-moderno. Justamente por não existir um modelo de referência é que a heterogeneidade vai instituir-se nestas práticas, evidenciando as relações construídas em meio às possibilidades e limites das formas diversificadas e alternativas de lidar com o passado-presente e projetar o futuro (RIBEIRO 1999, p.26),

A família, hoje, caminha para um desenvolvimento individual, mas permanecem os vínculos construídos no passado.

O exemplo disso são os pais separados e / ou os que se casaram novamente com parceiros diferentes, geralmente mantendo o relacionamento fraternal e de responsabilidades. Conservam-se as relações de amizade entre ex-cônjuges, ex-nora, ex-genro, como também os filhos do atual casamento convivem com os filhos do casamento anterior.

É na família, de acordo com Ribeiro (1999, p.43), "que se constroem as continuidades das relações de uma geração à outra, valorizando os vínculos afetivos que permitem atitudes compreensivas e de aceitação com o outro".

Isso mostra que é impossível pensar na existência de um modelo único de família, mesmo que ainda se sonhe com o modelo ideal, ou seja, pai, mãe e filhos legítimos ou consangüíneos, seguidora das tradições. Conforme Ribeiro (1999, p.15), "vivendo numa mesma casa harmoniosa para todo o sempre".

Para analisar a família, é necessário visualizá-la dentro do contexto histórico, social e econômico. Isto é imprescindível para saber como se articulam esses fatores, qual o impacto que causam sobre ela e como ela age e interage com estes para se proteger, e, sobretudo, respeitar a maneira de como ela se compõe.

A família é uma unidade dinâmica e complexa, segundo relações de parentesco e de sua inserção no contexto social.

Estudos realizados na Psicologia, Antropologia e Sociologia mostram que os processos de mudança social modificaram profundamente as relações familiares na atualidade. Fatores externos impostos pela sociedade comprovam exercer influência bem maior do que os fatores internos, os da própria família, na maneira de ela ser hoje.

Tendo em vista que os fatores externos vêm exercendo maior influência no viver das famílias, vale a pena relatar alguns deles, tais como: a família se tornou mais isolada, reduziu o número de filhos, o seu espaço, tanto em casa como em apartamento também diminuiu, a mulher, ao trabalhar fora, está menos presente; a influência dos amigos, quanto ao comportamento, atitudes e hábitos dos filhos, é mais forte do que é ensinado em casa pelos pais (ALVES, 1999).

Outro componente que tem forte influência sobre a família é a televisão, a pobreza, a mudança de valores e de papéis.

Face ao impacto da televisão, da pobreza, da mudança de papéis e de valores, mostrando como essas mudanças afetam a vida das pessoas dentro do círculo familiar, trazendo indicadores do aumento nos conflitos, gerando as rupturas, as separações e os divórcios (ALVES, 1999, p.67).

Essas alterações afetam a vida das pessoas dentro e fora do círculo familiar, provocando conflitos, gerando rupturas e separações. Isto exige dos indivíduos nova forma de estruturar o cotidiano das famílias, modificando, também,

as relações entre as gerações mais velhas e as gerações mais novas, e a relação entre pais e filhos, marido e mulher.

Todo processo da vida humana e da vida grupal é exigente. Quando nos acostumamos com algumas condutas, a vida nos propõe novos caminhos. Enfrentamos os desafios destas novas trajetórias através de movimentos de dependência e independência junto à família de origem, passando por ciclos de continuidade e de mudança, é tarefa de toda uma vida (TONDO, 2001, p.17).

O importante aqui é mostrar que a família é dinâmica, tanto na sua estruturação quanto na sua dissolução e também na sua reestruturação.

Devido a essa diversidade de modelos de convivência da família, onde prevalece a mudança, as diferenças, a busca do novo, mas, ao mesmo tempo, mantêm-se mecanismos de controle autoritário, antigos, coexistindo padrões arcaicos com os considerados modernos, em que são inevitáveis os conflitos, como veremos a seguir.

2.1. OS CONFLITOS FAMILIARES

Os conflitos familiares, e que muitas vezes acabam em divórcio, são ocasionados pelo ritmo veloz de mudança da sociedade, tendo em vista as profundas transformações sociais, econômicas e comportamentais dos indivíduos ocorridas nas últimas décadas.

Hoje se busca a construção de projetos individuais dos membros da família, rompendo com valores, hábitos e crenças do passado, o que provocam mudanças profundas no seio familiar. Sobretudo com a inserção da mulher no mercado de trabalho, as relações nas famílias se modificaram, provocando impasses, busca de igualdade, disputa de poder, instabilidade emocional nos envolvidos.

Conforme Breitman e Porto (2001, p.93), "conflito representa diferenças de valores, escassez de poder, recursos ou posições, divergências de percepção ou idéias, dizendo respeito, então, à tensão e à luta entre duas partes."

Os conflitos são inevitáveis na vida de qualquer pessoa, envolvem sentimentos e interesses, provocam sofrimento. São vistos como indesejáveis e prejudiciais. Por isso a necessidade de resolvê-los.

Ganância (2001, p.7), salienta que "os conflitos familiares, antes de serem conflitos de direito, são essencialmente afetivos, psicológicos, relacionais antecédidos de sofrimento." Por isso eles se expressam em atitudes agressivas, choro, depressão. Normalmente estão relacionados com batalha, luta para conseguir o objeto ou espaço pelo qual se almeja.

Frente a isso, é preciso respeitar os direitos de liberdade e igualdade, é preciso aprender a viver com as contradições, dividir, valorizar sentimentos, buscando solução para os conflitos. Não se deve permitir que eles se tornem permanentes, enfrentá-los é um desafio, mas é também a independência.

Os conflitos hoje estão mais expressos principalmente nas relações familiares, nas quais se manifestam, segundo Breitman e Porto (2001, p.97), "os aspectos financeiros e patrimoniais, refletindo o alto grau de rancor, frustrações e vingança". Do mesmo modo, na divergência com relação aos filhos, ocasionando, assim, os divórcios, as separações, trazendo, muitas vezes, desilusão, decepção, mas, outras vezes, alívio e solução.

2.2. SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO

Nessa construção e reconstrução da família nos últimos tempos, especialmente a partir da segunda metade do século XX, em busca dos seus direitos, tanto nas novas formas de se estruturar como na resolução dos seus conflitos, novas leis foram criadas, como a do divórcio, na década de setenta. Para Amorim; Oliveira (2001, p.69), "o divórcio é a forma de extinção do vínculo conjugal: põe fim ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio".

Rompe-se assim com a antiga tradição do casamento indissolúvel, mesmo sendo ainda de maneira tímida. Algumas décadas depois, continua a profecia maléfica do divórcio e alta dose de terrorismo, com efeitos traumáticos sobretudo para os filhos. Além disso, não conseguiu resolver os conflitos, que continuam acirrados tanto nos tribunais, quanto nos seios das famílias (FANTINI e NUNES, 2001).

Tendo em vista também que as separações continuam, com todos os seus malefícios, como exibem as estatísticas, nas últimas décadas, aponta-se para o seu número excessivo. Como mostra Fantini e Nunes (2001, p.122), houve 112.000 divórcios no Brasil, somando-se as separações judiciais, com 93.500, num total de 215.500, concluindo que, de cada 100 uniões oficiais, 28 se encerram nos tribunais.

Estes dados apresentam o número das separações oficiais no ano de 2001, sem contar as separações que ocorreram fora dos tribunais, e as dissoluções de sociedades de fato que nem sequer oficializam a união e muito menos procuram amparo jurídico para dissolvê-la.

Sabemos apenas que as uniões informais, nos últimos dez anos, de acordo com estatísticas do IBGE, aumentaram nada menos que 55% e que, provavelmente, aumentaram também as dissoluções.

As pesquisas evidenciam que o divórcio apenas veio para regulamentar a situação dos separandos mas, em nada contribuiu para amenizar o sofrimento dos envolvidos, como também não diminuiu as disputas dos casais nos tribunais. Ainda mais com o novo comportamento da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, as disputas se tornaram mais agressivas, como a:

briga acirrada dos casais nos tribunais, disputa na partilha dos bens, grande ressentimento, mágoa e desejo de vingança. Os litígios estão mais exacerbados, com a equiparação profissional entre o homem e a mulher, os conflitos financeiros se ampliam e também é mais freqüente a disputa pela guarda dos filhos. (FANTINI; NUNES, 2001, p.122).

Como enfatizam os autores, a situação de separação pôde ser regulamentada com a lei do divórcio, mas em nada contribuiu para diminuir os conflitos.

Ressalta-se, porém, que ele possibilitou, a extinção do vínculo do casamento, cessando os deveres da coabitação e propiciando aos divorciados contraírem novas núpcias, reconstruindo assim suas vidas.

Da mesma forma, o divórcio fez com que houvesse uma mudança no comportamento da sociedade quanto à aceitação do indivíduo descasado, não sendo mais estigmatizado.

Por outro lado, não deixou de apresentar consequências traumáticas, como efeitos psicológicos e emocionais negativos, nem tampouco amenizou conflitos adversariais na disputa. Apenas caracterizou um novo viver e uma nova forma de se reconstruir a família.

Vivenciar o divórcio é penetrar num conturbado mundo de sentimentos e emoções, comprometendo a estrutura psicoafetiva de seus integrantes, envolvendo frustração, abandono, ódio, vingança, medo, insegurança, rejeição familiar e social, fracasso e culpa, que o direito não objetiva e nem valora diretamente (GRISART FILHO, 2002, p.15).

Como cita o autor, o divórcio acarreta danos afetivos e sociais. Envolve toda a família num sentimento de luto, perda, é desfazer uma série de projetos de vida importantes. E que isso o direito não tem capacidade de analisar, nem avaliar.

Além de se deparar com todas essas angústias e apreensão da família, as crianças convivem também com o sentimento de perda, abandono e, muitas vezes, sentem-se culpadas pela separação dos pais.

O processo de separação quase sempre é acompanhado por conflitos, depressão, impulsos agressivos. E as crianças geralmente não são protegidas desse conflito e sofrimento dos pais. Para Costa; Katz (1992, p.198), "é provável que fiquem aterrorizadas diante das próprias figuras protetoras em que sempre confiaram".

O pior é que, normalmente, as crianças não são consideradas dentro do contexto social da separação e enfrentam as tensões e as tristezas sem ajuda.

Outra característica do divórcio, como fator de tensão, é a ausência de apoio de terceiros. Aqui vale o ditado popular: "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher".

Diante dessa complexidade e da multiplicidade de espécie de conflitos produzidos pelas atuais constituições familiares, talvez a resposta eficaz para essas questões conflitivas da separação seja a implementação de uma justiça mais ágil, com métodos alternativos e menos burocráticos, como já vem se praticando em alguns países mais desenvolvidos, o da mediação.

A mediação familiar, em caso de separação e divórcio, é apropriada para resolver as questões relacionadas aos conflitos familiares, contendo características especiais, em que se dá espaço para as questões emocionais que tanto afetam pais e filhos, mas que demandam também aspectos legais. Surgiu nos Estados Unidos,

nos anos 70, como um método alternativo e pacífico, tendo uma terceira pessoa imparcial, o mediador, que auxilia as partes em processo de separação a se entenderem de forma mais humana e cooperativa na resolução de seus conflitos, ficando o poder de decisão nas mãos do próprio casal.

A mediação familiar abre espaço para a instituição de um novo modelo de separação, adverso da cultura do cristianismo, na qual o casamento ainda é indissolúvel, e diferenciando-se do processo judicial tradicional, que resolve o litígio, mas os conflitos se prolongam por tempos intermináveis.

Desse modo, os canais institucionalizados do judiciário abrirão espaço para a prática das negociações e de resolução dos conflitos familiares mediante mecanismos não-oficiais como a mediação familiar, incrementando e reconhecendo a democrática mudança no seu aparelho tradicional.

2.3. SISTEMA JUDICIÁRIO FRENTE AOS NOVOS PARADIGMAS DA FAMÍLIA

A cultura jurídica brasileira, até o início do século XX, sempre esteve atrelada à cultura do cristianismo. Quanto ao casamento, considerava que as únicas relações afetivas aceitáveis eram as provenientes do casamento entre um homem e uma mulher, com o nítido interesse de procriação. Essa cultura adotada também pelo Estado levou o Código Civil de 1916, segundo Dias (2001, p.19), "a reconhecer a juridicidade apenas ao matrimônio, como uma verdadeira instituição, geradora de um vínculo indissolúvel".

Conforme Dias (2001, p.200), "a mulher, ao adotar o nome do marido, o casamento tinha o significado de que duas pessoas fundiam-se numa só, formando uma unidade patrimonial, tendo o homem como único identificador do núcleo".

Esse modelo de casamento apenas deixou de vigorar, de acordo com Amorim; Oliveira, "com a Lei do Divórcio Nº 6.515 /77, de 26 de dezembro de 1977", mas ainda assim muito restrito, possibilitando apenas o casamento com a parcialidade dos bens e a liberdade de adoção do nome do marido pela mulher.

A legislação se omitiu em regulamentar relações extramatrimoniais, ou seja, por apenas vínculos afetivos, até a Constituição de 1988, obrigando os juizes a criarem alternativas via jurisprudências, para reconhecer estes direitos banidos pela lei.

Assim a atual constituição ampliou o conceito de família e reconhece, ao lado da família resultante da união pelo casamento, a família de fato, oriunda de união estável entre um homem e uma mulher, sem as formalidades oficiais. Estende-lhe proteção, não só com relação aos contraentes, como também aos filhos, já que lhes garante iguais direitos e qualificações, proibindo discriminações relativas à origem da filiação (AMORIM e OLIVEIRA, 2001, p.20).

Isso reporta-nos para uma nova ordem de organização familiar, que, de forma progressiva, faz com que a autonomia individual beneficie a coletividade. Inclusive amplia os direitos que vêm sendo reconhecidos pela justiça, mas que não podem ser devorados por um sistema de organização que perdura em suas características totalitárias e dogmáticas, onde:

a identidade do judiciário condiz com as próprias contradições, [...] construída sobre uma racionalidade técnico-dogmática e calcada em procedimentos lógico-formais, e que, na retórica de sua neutralidade, é incapaz de acompanhar o ritmo das transformações sociais e a especificidade cotidiana dos novos conflitos (WOLKMER, 1994, p.89).

O certo é que a justiça não pode manter-se inoperante, lenta e ritualizada com a burocracia e ainda calcada na desculpa da falta de verbas e desaparelhamento. O que importa é que ela tem que entender e absorver as mudanças ocorridas na sociedade, conseqüentemente, criar mecanismos para atender a essas novas demandas, com estratégias que resultem em amplas e profundas mudanças.

Dessa maneira, as tendências autoritárias e competitivas da justiça, precisam orientar-se para esse novo viver familiar, deixando de ser um mero representante do Estado, controlador executor das normas que deverão incidir sobre o cidadão, e passando a conduzir os indivíduos ao entendimento (WOLKMER, 1994).

O saber jurídico precisa buscar a melhor forma de afirmação da autonomia, para criar novos dispositivos, auxiliando as pessoas a decidirem sobre seus próprios desejos e necessidades. De acordo com a realidade social que se está vivendo, captar as diferenças, fazer-se presente, respeitando e garantindo o atendimento da multiplicidade das ocorrências.

Nesse novo modelo social, em que está inserido o judiciário, também está incluída a família, onde a liderança dá lugar à escuta e ao diálogo, pais mais amigos, abertos, buscando novas formas de relacionamentos. Conseqüentemente, muda a abordagem na resolução de conflitos, busca-se o acordo e o espírito de colaboração.

Acrescenta Vezzulla (1998, p.14): "temos que aprender a conviver e tratar as diferenças de forma moderna dentro dos princípios morais, éticos e com respeito ao próximo", dentro do amparo jurídico, a lei deve proteger o cidadão, e não apenas ser cumprida.

É importante que o sistema jurídico não dê apenas respostas formalizadas pela lei. Deve estar atento para a direção da família junto à sociedade e lembrar que as leis devem resultar das necessidades sociais de composição de conflitos e interesses.

A partir da Constituição Federal de 1988, houve várias alterações, como já foram mencionadas, acompanhadas com algum progresso no Poder Judiciário.

Atualizam-se conceitos, concepções e estrutura no que diz respeito ao atendimento mais humanizado para que o cidadão se sinta amparado pelo poder judiciário.

Neste sentido, segundo Giorgis (2002, p.13), "o direito constitucional deve ser interpretado evitando contradições entre suas normas". A seguir enfatiza ele: ou seja, "a Constituição deve estar atualizada com a vivência dos valores da comunidade".

Disso resulta [...] a urgência de uma sólida transformação em toda instância estatal de jurisdição, de tal modo que venha a se constituir, sob a participação e o controle do poder comunitário, num espaço privilegiado de funcionamento, favorável e não contrário às reivindicações da imensa maioria da população excluída e injustiçada (WOLKMER 1994, p.93).

De acordo com o autor, a partir desta transformação, ter-se-á a defesa dos direitos assegurados, examinando cada caso, com suas características e peculiaridades, reconhecendo os direitos igualitários de cada indivíduo. Devem ser também introduzidas as práticas alternativas de dissolução de conflitos, como a mediação familiar, composta por uma pluralidade de profissionais (advogados, psicólogos, assistentes sociais) no exercício efetivo de serviços informais, mas levando o resultado à justiça para sua legalização. Porém, tem suas peculiaridades, diferenciando-se do sistema judicial como veremos no próximo capítulo.

2.4. A DIFERENÇA ENTRE O PROCESSO JUDICIAL E A MEDIAÇÃO

Com a introdução da cultura da mediação, resta-nos destacar algumas diferenças entre uma separação, via processo judicial, e uma separação via mediação.

No processo de separação via judicial

Se as partes não tomarem suas próprias decisões, no sentido de resolver suas questões práticas e legais, julgadores terão de fazê-lo. Para isso,

desconhecendo totalmente os aspectos emocionais do caso, apóiam-se em parâmetros estanques e restringem o problema à questão de justiça (SERPA, 1999, p.25)

A autora quer nos mostrar que na separação via justiça tradicional, normalmente as decisões são impostas por terceiro, ou seja, pelo juiz, com leis estanques, resolvendo apenas o conflito expresso, sem ter capacidade de resolver os aspectos emocionais que tanto afligem os separandos nessa hora.

Por sua vez, "a mediação do divórcio reconhece que as emoções associadas ao divórcio são parte integral do processo de resolução e como tal tem de ser reconhecidas" (SERPA, 2001, p.25).

Na mediação, as emoções, os sentimentos fazem parte do processo. Nesse espaço os conflitantes têm a possibilidade de falar sobre os seus sentimentos, as suas mágoas... , possibilitando melhores esclarecimentos para o entendimento e resolução do conflito.

No decorrer de trabalhos realizados por profissionais na área do divórcio, unanimemente dizem, conforme Ávila, (2001, p.10), "o sistema tradicional cria um clima de hostilidade, intensificando a vingança, o estresse e o enfraquecimento da relação durante e após o divórcio".

O sistema judiciário tradicional também é ineficiente porque:

não se preocupa com os reais interesses dos casais e de seus filhos, e sim aumenta o ressentimento e a tensão, criando um confronto ganhador e perdedor.

Não é dirigido para responder às necessidades das pessoas em crise.

As responsabilidades parentais são resolvidas de um modo totalmente ineficiente e não adequado, tanto para as crianças como para os pais.

A lentidão administrativa, os custos judiciais, bem como o desrespeito às decisões do juiz (ÁVILA 2001, p.10).

A autora evidencia que o sistema judiciário ainda mantém o processo adversarial, com leis rígidas, não satisfazendo os reais interesses dos casais, demonstrando-se desatualizado para a atual realidade da sociedade.

Outros estudos também apontam, segundo Richardson apud Ávila (2001, p.11), que “o sistema adversário contribui cada vez menos para amenizar a dor e o sofrimento sentidos durante uma ruptura conjugal, chegando até travar um acordo amigável”.

Com isso, a autora nos mostra a desatualização e incapacidade da justiça em responder a conflitos que realmente levem a uma transformação comportamental do indivíduo, proporcionando, desse modo também mudanças sociais.

Ao passo que na mediação, nos casos de ruptura conjugal, de acordo com Dias (2001, p.136), “percebe-se que há todo um contexto que muda: muda a relação parental, a relação filial, [...] a relação com os demais parentes e também a relação social.

Contudo, há situações nas quais o sistema judiciário faz-se necessário quando os conflitantes não têm interesse em resolver o conflito, ou quando, por problemas emocionais ou psicológicos, os cônjuges têm dificuldade em negociar (ÁVILA, 2001).

Deve ser esclarecido ainda que, na mediação, não existe culpado ou inocente, ambos são responsáveis pela resolução do problema. Diferentemente do judiciário, em que há sempre um perdedor e um ganhador, acarretando brigas no futuro.

Por outro lado, na mediação, as partes são responsáveis e colaboradoras em busca do entendimento, encerrando assim o conflito, ou pelo menos amenizando-o, já que ambos assumiram as responsabilidades e os compromissos, de livre e espontânea vontade.

Na mediação, o sujeito pode se apresentar sem temores, procura exercer sua cidadania, pratica a justiça, levando em consideração os interesses de todos,

principalmente os das crianças. Além de que há um restabelecimento na comunicação entre o casal, assim, eles mesmos constroem o acordo, portanto, este tende a ser muito mais duradouro e praticável, fruto do que eles mesmos decidiram.

O certo é que somente juntos, Estado e comunidade, poderão buscar essa mudança descentralizada e democrática no aparelho tradicional do judiciário, mediante práticas paralegais, como o método de mediação na negociação de resolução dos conflitos familiares. Desta maneira, há um rompimento com o velho paradigma jurídico centralizador e controlador, para uma prática libertária, fundada na justiça social e na socialização do Direito.

Há que se aprender ainda que novos direitos serão adquiridos, mas isto dependerá de novos posicionamentos, novas ações e participação tanto do Estado como da comunidade e também da aceitação destes novos mecanismos por parte da sociedade e dos canais institucionalizados do Estado.

3. MEDIAÇÃO FAMILIAR

A mediação é um método usado pela civilização chinesa, desde há muitos séculos (SERPA, 1999).

Ele foi se modificando, acompanhando as transformações ocorridas ao longo da história, chegou ao ocidente e inicialmente foi usado por instituições religiosas, que já se preocupavam com os conflitos familiares.

Tendo em vista as modificações na estrutura familiar, que também foram ocorrendo, no decorrer do tempo, essas instituições religiosas:

receberam uma família nuclear, cuja liderança já não contava com a solidez e o conseqüente poder para resolver seus conflitos. Ao mesmo tempo que o divórcio passou a ser um problema privado, passou também a necessitar de mecanismos que possibilitassem uma intervenção apropriada para a sua resolução (SERPA 1999, p 22).

Recria-se assim o método de mediação familiar adaptando-se às transformações econômicas, sociais, culturais, políticas e religiosas, para atender às famílias na resolução dos seus conflitos, uma vez que o divórcio envolve problemas emocionais, não sendo possível resolvê-los apenas com a aplicação da lei.

Embora a mediação seja praticada em todo o mundo na resolução de conflitos interpessoais, organizacionais, comerciais, até mesmo na área da política, a idéia da mediação para tratar dos conflitos entre os cônjuges nasceu, a princípio, nos Estados Unidos, no início da década de 70, por advogados e psicólogos frustrados pela sua inabilidade em alcançar as necessidades de clientes, em casos de separação" (SERPA, 1999). O sistema judiciário tradicional contribuía para a escalada da violência, não apenas durante o processo de separação, mas também após o divórcio.

Em 1974, segundo Coogler, apud Serpa (1999, p.23) incentivado pelas dificuldades encontradas na resolução do seu próprio divórcio, propõe uma maneira diferente de resolver o problema da separação de casais.

Uma estrutura processual que envolve uma terceira parte, como mediadora, capaz de assistir a casais, em caso de divórcio. Uma estrutura que, mediante o entendimento das partes, pudesse resolver questões de finanças, divisão de propriedades, pensões e guarda de filhos, usando técnicas de comunicação e intervenção (SERPA, 1999, p.23).

Com a introdução de uma terceira pessoa, para auxiliar as partes no processo de divórcio, como mostra a autora, se descobre assim o método de mediação utilizado desde a antiguidade, mas com novas roupagens e nuances de acordo com a realidade que se está vivendo.

Países como Estados Unidos e Canadá já incluíram, em suas legislações, o método de mediação familiar, reconhecendo-o eficiente na resolução de conflitos.

No Brasil, o método de mediação familiar começou a ser falado e estudado em meados da década de 90.

Segundo Ávila (2001, p.9), "a mediação familiar é freqüentemente utilizada como alternativa à violência ou como alternativa ao sistema judiciário para solucionar as disputas interpessoais".

No Brasil, a matéria ainda não está regulamentada em lei, mas tramita no Congresso o projeto de Lei Nº 4.827, de 1998, institucionalizando a mediação como método de solução consensual dos conflitos. Alguns estados, inclusive Santa Catarina, já estão utilizando este método de resolução de conflitos.

Ainda é pouco conhecido, e encontra resistência, fruto da cultura do litígio.

Inserir a cultura da mediação familiar na resolução de conflitos no Brasil significa:

um enriquecimento da prestação jurisdicional, para que seja mais eficaz e justa, em respeito à liberdade individual dos litigantes e à sua dignidade como pessoas humanas necessitadas de apoio e ajuda na situação de risco que se encontram (AMORIM e OLIVEIRA 2001, p.94).

Esta é uma prática alternativa e emancipatória, voltada para as necessidades dos cidadãos, sem descartar o aparato legal. Além de educar para uma mudança de cultura, na qual as pessoas decidam por elas mesmas, reconhecendo a mudança como um instrumental pacífico e construtivo.

Para melhor entendimento do método, abordaremos a definição da mediação, sob o ponto de vista de vários autores.

Nesse processo de evolução, criam-se e recriam-se métodos, como foi visto no capítulo anterior, e entre eles o de mediação familiar, com técnicas específicas de resolução de conflitos interpessoais, pois vem demonstrando, no mundo inteiro, sua grande eficácia.

A mediação é um método que ajuda as pessoas em conflitos a chegarem voluntariamente a um acordo, mutuamente aceitável com relação às questões em disputa.

Segundo Ganância (2001, p.10), a mediação é definida como “um procedimento estruturado de gestão de conflitos pelo qual a intervenção confidencial e imparcial de um profissional qualificado, o mediador, visa restabelecer a comunicação e o diálogo entre as partes”.

Outra definição que produz melhor entendimento é:

A mediação é uma técnica de resolução de conflitos não adversarial, que, sem imposições de sentenças ou de laudos, e com um profissional devidamente formado, auxilia as partes a acharem seus verdadeiros interesses e a preservá-los num acordo criativo onde as duas partes ganhem (VEZZULLA, 2001, p.18).

Breitman e Porto (2001, p.20) ressaltam “mediação familiar como forma de resolver os conflitos familiares com menos dor e desgaste para todos os envolvidos no processo.”.

Como pode ser observado pelas descrições precedentes, o método de medição é uma prática de intervenção direta que exige do mediador não apenas conhecimentos, mas também sensibilidade.

É um procedimento antigo, mas com pensamento novo. Além de lidar com a questão do conflito, a mediação pode também restabelecer ou fortalecer relacionamentos de confiança e respeito entre as partes ou ainda encerrar relacionamentos de uma maneira que minimize os custos e os danos psicológicos.

Na mediação, os casais têm a oportunidade de separar-se como esposo e esposa, mas continuam mantendo as responsabilidades como pai e mãe. Isso proporcionará aos filhos a continuidade da relação com ambos, embora em contextos diferentes.

A medição é um método multidisciplinar, envolve advogados, assistentes sociais e psicólogos. Necessita também:

de uma visão dimensional, como um processo legal, expandiram o divórcio para uma visão mais integrada, como um processo multidimensional, que demanda o envolvimento de ambas as matérias, legal e psicológica, além da sociologia (SERPA 1999, p.22).

Segundo a autora o processo de separação não está relacionado apenas com aspectos legais ou decisão judiciária. Ele vem acompanhado de profundas questões emocionais e sociais. Por isso a necessidade da integração do direito, da psicologia e da sociologia, para poder trabalhar com estas questões mais amplas e minimizar os efeitos drásticos que tanto afligem a sociedade.

Conforme Ávila (2001, p.136), "a mediação familiar é uma prática de intervenção multidisciplinar que ajuda os casais em conflito a encontrarem alternativas de solução para seus desentendimentos de forma cooperativa e com respeito mútuo."

Significa que as partes envolvidas no conflito aceitem uma terceira pessoa especializada, que as ajude a construir um relacionamento que as conduza à solução dos problemas.

A mediação familiar utiliza uma linguagem própria, diferente da do sistema judiciário tradicional. São usadas as expressões mais simples possíveis, para um melhor esclarecimento e compreensão, promovendo, dessa forma, um diálogo mais produtivo entre as partes, uma orientação voltada para a autonomia para uma solução mais duradoura e eficaz do conflito.

As práticas sociais de mediação configuram-se em um instrumento de exercício da cidadania, na medida em que educam, facilitam e ajudam a produzir diferenças e a realizar tomadas de decisões, sem intervenção de terceiros que decidem pelos afetados em um conflito (WARAT, 2001, p.88).

Na mediação, as pessoas têm responsabilidades e se reconhecem como cidadãos de direitos e deveres, recuperam sua independência, autonomia e auto-estima. Contribui ainda para restabelecer o controle de sua vida pessoal e social, principalmente na reorganização da sua vida e de seus filhos no futuro.

Na mediação, os conflitantes, precisam aceitar o processo de negociação direta e voluntária, porque é a voluntariedade que dá o poder de negociarem e, conseqüentemente, chegarem ao acordo.

Na impossibilidade de chegarem ao acordo na mediação, os conflitantes poderão desistir e partir para um processo judicial.

É indispensável também, na mediação, que as pessoas tenham confiabilidade no interventor, não apenas pela imparcialidade, mas pelo seu conhecimento técnico.

A mediação precisa ser vivida e entendida, ela está ligada não somente ao conflito expresso, mas também envolve emoções, que se manifestam no cotidiano. Por isso, oferece uma dinâmica que proporciona conhecimento e informações, possibilitando ao sujeito recuperar sua autonomia, independente de crenças ou

valores, transformando-o num ser capaz de participar e resolver as questões num todo.

A mediação como processo que recupera sua sensibilidade, ainda que leve ao crescimento interior na transformação dos conflitos e pretenda suprimir as neuroses da bifurcação entre a mente e os sentimentos, não podendo ser percebida como uma mediação tântrica (WARAT, 2001 p.38).

O autor nos mostra que a mediação leva o indivíduo a transitar entre a emoção e a racionalidade, compreendendo assim as diferenças, que conduzem ao conflito negativo, ao pensamento que o envenena. É necessário trabalhar então o que é possível. Fazer acordo sobre as emoções e sentimentos é impossível. Mas pode-se negociar, as questões práticas, como definir guarda, repartir bens, etc... Isto é simplificar o conflito, é trazê-lo para a realidade.

Deste modo, os cônjuges irão entender que a batalha não é de um ficar contra o outro e, conseqüentemente, os conflitantes se fortalecem e adquirem maturidade suficiente para um trabalho frutífero, com resultados positivos e duradouros.

Com os procedimentos citados acima já absorvidos pelos cônjuges, e para o êxito do processo de mediação, é necessário ter objetivos bem definidos, que veremos a seguir.

3.1. OBJETIVOS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR

O objetivo primeiro da mediação é restabelecer a comunicação entre as partes, para que elas possam dialogar, ouvir o que uma e outra estão dizendo para que ambas entendam e se façam entender (BREITMAN e PORTO, 2001).

Como dizem as autoras, é somente conversando que as partes em conflitos poderão falar e ser ouvidas. Isso fará com que elas entendam o que cada uma sente

e pensa sobre o conflito que estão vivendo, podendo então melhor compreender as necessidades, expectativas e preocupações, o que facilitará sua resolução.

E para que a resolução aconteça de forma satisfatória a ambos, é necessário:

o diálogo entre as partes, [...] elaborar, por eles próprios, acordos duráveis que levem em conta as necessidades de cada um e em particular das crianças em espírito de co-responsabilidade parental (GANANCIA, 2001, p.10).

Verifica-se a importância do resgate da comunicação entre as partes, levando-as, de uma forma racional e responsável, à solução de seus conflitos, sendo respeitados os interesses de cada uma das partes e principalmente as necessidades reais das crianças.

Além do que foi visto, outros autores lidos, como Vezzulla, Haynes, Marodin, Breitman, são unânimes em afirmar que o objetivo principal da mediação é promover o diálogo entre os cônjuges, em processo de separação, para que eles mesmos encontrem uma solução pacífica e duradoura para seus conflitos.

É importante também ressaltar outros objetivos a serem alcançados na mediação, como responsabilizar os pais em sua tomada de decisão, diminuir os conflitos entre eles, manter a comunicação parental em benefício dos filhos e ajudá-los a reorganizar-se (ÁVILA, 2001).

Com os objetivos propostos e com o espírito de co-responsabilidade e racionalidade, apresentar-se-ão, na sequência, as etapas para o bom desempenho na solução das questões.

3.2. ETAPAS DA MEDIAÇÃO

As etapas do processo de mediação, que passaremos a ver, são para melhor organização e desenvolvimento, possibilitando maior desempenho e eficácia no

trabalho. De acordo com Serpa (1999, p. 28), são cinco as etapas do processo de mediação: introdução, compromisso, definição, negociação, acordo ou contrato.

De alguma forma, cada estágio representa uma mini-mediação: estabelecendo questões e competência, lidando com bloqueios emocionais, estabelecendo princípios de tomada de decisões e alcançando o acordo (SERPA, 1999, p.28).

A autora destaca que cada etapa da mediação é uma pequena mediação, lidando com os sentimentos, emoções e as questões práticas, conforme as necessidades do casal, indo e voltando toda vez que for necessário.

É importante que, no primeiro contato ou primeira etapa, o mediador estabeleça regras, responda às perguntas e assuma compromisso. O mediador apresenta os objetivos e as exigências da mediação, expõe o seu papel. Estes esclarecimentos educam os cônjuges e levam à compreensão da cooperação, resultando em maiores vantagens para ambos. Uma boa introdução poupa tempo, mal-entendidos e um bom desempenho nas sessões seguintes.

Estas apresentações deverão ser rápidas, dar espaço também para as acomodações emocionais dos usuários, já que estes normalmente estão ansiosos.

É nessa fase que o mediador estabelece um clima de confiança, respeito, demonstra sua imparcialidade e sigilo, suscitando assim a motivação das partes para uma negociação colaborativa e não competitiva. Falar com seriedade, mantendo o respeito mútuo entre as partes. É esclarecido também que a igualdade e a oportunidade de falar servem para ambas as partes e isso deve ser respeitado pelos clientes, estabelecendo, dessa maneira, princípios de tomadas de decisões que podem chegar a um acordo com maior sucesso.

Na segunda etapa, os cônjuges ainda demonstram uma mistura de interesses. É importante que o mediador promova uma discussão sobre o assunto em conflito, e que sejam reveladas todas as informações. Sabemos que nos seus

discursos estarão expressos os verdadeiros interesses. Prestar atenção não apenas nas palavras, mas na história contada por cada uma das partes, nos gestos, reações, estados emocionais, posturas, tom de voz ou qualquer outro detalhe que lhe chamar a atenção VEZZULLA (2001) e SERPA (1999).

Estas observações auxiliarão o mediador a oferecer esclarecimentos mais seguros aos mediados, elucidando as dúvidas, possibilitando tomada de decisão autônoma, levando as partes a uma solução mais segura na hora das negociações.

O mediador deve definir as questões nas quais existe consenso e evidenciar as questões que devam ser trabalhadas. Da mesma forma, decompor o problema ordenando-o começando pelos de solução mais simples, seguindo até aos mais difíceis, possibilitando assim a eficácia do acordo.

Na terceira etapa, as partes estão prontas para começar a negociar. Em se tratando de separação e se tiverem filhos, o mediador salienta a importância do comportamento cooperativo, mediante os reais interesses e as necessidades da criança ou crianças envolvidas na controvérsia, já que elas precisam de seus dois pais para seu desenvolvimento.

É "mais fácil chegar a um acordo quando todas as questões são clareadas e os sentimentos arejados" (SERPA, 1999, p.30). Neste momento, a discussão fica por conta dos mediados.

O mediador intervém apenas se os cônjuges apresentarem algum tipo de dificuldade de comunicação. Ex. ajudar a dialogar sobre a divisão de bens, fazendo com que fique claro e que decidam de forma igualitária. Proporciona-se, assim, que as negociações sejam concluídas de forma justa e que se efetive o compromisso entre os cônjuges.

Na fase anterior de negociação, as partes expuseram suas opiniões, interesses, reivindicaram direitos e cobraram deveres. Esta é a quarta fase, portanto é a de firmar compromissos do que foi discutido anteriormente e decidir pela opção desejada, é a fase do que já foi estabelecido.

O mediador permanece mantendo a atmosfera de cooperação e concentração nas questões de conflito. Mostra aos mediados o avanço do processo através dos acordos parciais já alcançados, não esquecendo de elogiar e cumprimentar o casal pelo progresso efetivado, pois isso os encoraja a abordar as questões mais difíceis e com mais otimismo.

O momento final, quinta e última etapa, nada mais é do que a redação e a assinatura do acordo ou contrato. Nessa fase, ainda se tiver alguma dúvida remanescente, deve ser esclarecida.

Segundo Serpa (1999, p.32), "as decisões com relação à pensão, guarda de filhos, divisão de bens e uso do nome do marido são questões legais que, via de regra, se consubstanciam numa petição judicial, para serem homologadas". É necessária a presença de um advogado então para acompanhar estes procedimentos legais, conforme a legislação de cada país.

Enfim terminaram as discussões, ficando a compreensão e a satisfação do que foi acordado, fruto de sua própria decisão.

Por isso é tão importante a função didática que o mediador exerce sobre as partes a respeito do relacionamento, pois desse modo elas estarão capacitadas, no futuro, a resolver outras dificuldades que aparecerão pela frente (VEZZULLA, 2001, p.83).

Isso quer dizer que mediadores também são educadores, ou pelo menos, politizadores da prática e do exercício da cidadania, no resgate da autonomia, respeitando valores comportamentais, reconhecendo a multifacetada dimensão do ser humano.

3.3. PAPEL DO MEDIADOR

O mediador é uma terceira pessoa imparcial, com uma prática educativa, que propicia o diálogo entre as partes, facilitando a resolução dos conflitos e favorecendo um acordo voluntário e que satisfaça a ambos.

Para Ganância (2001, p.11), "o mediador é um terceiro imparcial que não dispõe de nenhum poder. É isto que lhe dá força: não há nenhum mandado do juiz."

Cabe então ao mediador desmistificar o processo de mediação, diferenciando-o do processo judicial. Explica também que a tomada de decisão é dos separandos, e que são livres para aceitar o processo ou não.

O mediador deve ter habilidade em explicar os procedimentos da mediação, demonstrar credibilidade e confiança, proporcionar um clima favorável na busca do entendimento entre os conflitantes, inibir as discussões, incentivar o relacionamento entre pais e filhos, propiciar o equilíbrio entre os mediados, facilitando a comunicação (ÁVILA, 2001).

É com este posicionamento que o mediador mantém o relacionamento entre ele e as pessoas, instalando-se, assim, um clima de credibilidade e confiança. Desse modo, promove a harmonia no desenrolar das sessões, onde se respeita, se escuta e se dialoga. Conseqüentemente, se restabelece a capacidade de negociação, o que os permite decidir com maior segurança e responsabilidade as obrigações dos pais, em relação às verdadeiras necessidades da criança ou crianças envolvidas no conflito, proporcionando o bem-estar não apenas para elas, mas também para os pais.

O mediador, ao manter o equilíbrio entre as partes na mediação, fará com que recuperem a auto-estima que lhes encorajará a dialogar, resolvendo a questão em conflito com racionalidade e consciência.

As intervenções mediadoras adquirem incalculável importância no exame dos modos em que efetuam seu processo de implicação, escuta, interpretação e transferência, o que não é o mesmo que falar em neutralidade do mediador (WARAT, 2001, p. 87).

Quer dizer que o mediador não é neutro na participação da mediação, ele deve saber ouvir, interpretar e fazer a transferência da palavra entre os mediados. A neutralidade está em não opinar, não sugerir...

O mediador é um verdadeiro catalisador da comunicação. E com isso estimula os cônjuges, no processo das negociações, salienta e administra as vontades de ambos, respeitando os interesses de cada um em relação às necessidades do outro.

O mediador é aquele que oferece um ambiente propício para as pessoas envolvidas no conflito dialogarem sobre ele com confiança e respeito.

Segundo Vezzulla (2002, p.11), "o mediador é o profissional que os auxiliará para que possam entender o problema com clareza, distinguir os benefícios que poderão obter nessa negociação e as possíveis soluções para o conflito".

É fundamental que o mediador tenha habilidades de comunicar pensamentos e sentimentos ocultos apreendidos durante a conversa e canalizá-los para produzir resultados.

Conforme Vezzulla (2001, p.48), "ele cuida especialmente do relacionamento entre as partes e da descoberta dos interesses reais de cada uma delas".

O mediador trabalha com as questões do presente e do futuro auxiliando os clientes a tornarem o conflito produtivo e a reorganizarem a vida familiar.

O trabalho do mediador se efetiva quando ele se autoprepara, com conhecimentos técnicos e teóricos, mostra confiabilidade, credibilidade e imparcialidade junto às questões mediadas.

Na concepção de Moore (1998, p.88), "o mediador precisa acreditar que há um compromisso comum das partes, tanto em relação ao processo de negociação e de mediação como meio de resolver sua disputa". É necessário ter credibilidade e vontade para que o conflito seja resolvido na sua totalidade.

Enfim, a apresentação do mediador também é muito importante para os usuários, fazendo com que eles se sintam à vontade, descaracterizando a forma rígida do sistema judiciário tradicional.

3.4. USUÁRIO DA MEDIAÇÃO

Um casal, em processo de separação, quando solicita a mediação, é porque geralmente já esgotou todas as possibilidades de entendimento, e não tem mais opções para resolver os problemas.

O usuário chega na mediação trazendo uma visão ilusória do problema, achando que só ele está certo, que só ele tem razão. É preciso desfazer essa imagem e levá-lo a ouvir a outra parte para que possa aceitar a visão do outro. Isto é necessário para que ambos entendam que estão envolvidos no mesmo conflito, e que ninguém melhor do que eles para se escutarem e saberem o que é importante para solucionar o problema.

Além de serem solicitados a tomar decisões importantes sobre seus futuros baseados no contexto de indecisões de seu passado, devem lidar com vários níveis de culpa, frustração, desapontamento, traição, raiva e tristeza. Devem lidar um com o outro como ex-cônjuges e pais que continuam a ser (HAYNES e MARODIN, 1996, p.32).

Quando os usuários vêm para a mediação, trazem consigo uma carga emocional muito grande, pois estão debilitados física e psicologicamente, sendo necessário ouvi-los no primeiro momento o que possibilita que se ajustem às

questões emocionais. Somente após as conversas sobre suas emoções, sentimentos, mágoas e temores, é que eles terão capacidade em centrar-se nas discussões práticas e legais, relacionadas à pensão, partilha de bens etc..., de maneira mais equilibrada.

Os conflitantes, por estarem vivenciando uma carga emocional muito forte, querem acelerar o processo de mediação, para livrar-se do problema, acham que aliviará a ansiedade. Isso não deve acontecer, pois correm o risco de obterem resultados precários. Há uma exigência, portanto, que o mediador esteja habilitado para conduzir equilibradamente a mediação e atingir os objetivos desejados. Vezzulla (2001, p.60), "à medida que os usuários da mediação tomam consciência destas dificuldades, mais fácil será resolvê-las".

Para essa tomada de consciência, é necessário que o mediador os oriente, crie um clima de tranquilidade e esclareça a necessidade de fazer as negociações com calma e que, para isso, é preciso ter paciência, conseguindo, dessa forma, soluções mais satisfatórias.

Somente as pessoas, em processo de separação, é que poderão dimensionar e direcionar suas necessidades pessoais, "portanto, cabe a elas fornecer os elementos com honestidade para formar o processo" (SERPA, 1999).

Isso só pode ser alcançado com o auxílio do mediador, em facilitar a comunicação entre os cônjuges, sendo então a chave para o sucesso da mediação.

À medida que os conflitantes encontram a solução para seus problemas, se encorajam a reconstruírem suas vidas. Passam a viver, numa nova realidade, com outra identidade social e novo estilo de vida etc..., recuperando, dessa forma, suas energias para uma nova etapa de reintegração.

Para que isso aconteça dentro da legalidade, é preciso, então, a presença do advogado para fazer o encaminhamento do acordo para a homologação judicial. É o que veremos a seguir.

3.5. O ADVOGADO NA MEDIAÇÃO

O advogado na mediação familiar, por sua formação jurídica, tem condições de informar às partes conflitantes os aspectos legais sobre o divórcio, guarda, visitas, pensão alimentícia, direito de propriedade, contratos e outros que estão relacionados ao direito de família.

O advogado, na mediação, é o profissional capacitado para interpretar a lei e as possíveis vantagens da homologação de um acordo, citando jurisprudência julgadas com o mesmo entendimento, esclarecendo dúvidas e apresentando possibilidades.

Segundo Haynes; Marodin (1996, p.41), "o advogado irá revisar os aspectos jurídico-legais do termo de entendimento, elaborando a denominada petição, a qual reunirá todas as cláusulas do acordo para serem levadas à homologação do juiz."

O advogado faz parte do processo. Assim, a interação é tida como cooperativa e atende aos propósitos de uma boa mediação, sendo, dessa forma, eliminados os obstáculos que, por ventura, venham a impedir os procedimentos da mediação.

3.6. OBSTÁCULOS DA MEDIAÇÃO

Há, porém, alguns obstáculos que impedem a mediação. E para isso os mediados devem ser informados, o que pode invalidar ou impedir o processo, como:

- ser impaciente;
 - argumentar mais que escutar ou tentar compreender o outro;
 - acumular as situações conflituosas;
 - deixar-se guiar unicamente pelos aspectos emotivos da situação;
 - deixar-se levar pelo espírito de vingança;
 - ser intransigente;
 - recusar-se a dar informações;
 - intimidar ou deixar-se intimidar; intensificar os ataques pessoais.
- (ÁVILA, 2001, p.57).

Essas atitudes comportamentais por parte de qualquer um dos participantes da mediação fazem com que o processo de mediação possa ser interrompido a qualquer momento, pois são obstáculos que inviabilizam o processo, impedindo que ele ocorra dentro dos princípios éticos, e que, contrapõem o próprio método.

Por ser este um método pacífico e colaborativo de resolução de conflitos familiares, não cabem, de forma alguma, posições adversárias a estas.

Diante da complexidade e da pluralidade de conflitos familiares existentes na atual sociedade, talvez a resposta mais eficaz para a sua resolução seja realmente a implementação desses métodos alternativos de resolução de conflitos, como o da mediação familiar.

4. MEDIAÇÃO FAMILIAR: MÉTODO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS UTILIZADO NAS VARAS DE FAMÍLIA DA COMARCA DA CAPITAL.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos últimos anos, expandiu sua política de modernização e, vem implantando as Casas da Cidadania em todos os municípios do estado e nos distritos e bairros mais populosos das grandes cidades.

O estudo, a divulgação e a implantação de métodos não adversariais de resolução de conflitos, nas respectivas casas e o inovador projeto de mediação familiar nas Varas de Família da Comarca da Capital e em algumas comarcas do interior fazem parte, desse audacioso processo de modernização.

Para Wolkmer (1994, p.273), "tais pressupostos de cunho mais reformista acabam beneficiando a passagem para práticas pluralistas alternativas, à margem da juridicidade posta pelo Estado".

Em suma, são métodos alternativos de resolução de conflitos, com uma prática educativa libertária, mais democrática, deixando de ser empregados aqueles métodos rígidos impostos pelo Estado.

Aqui nos delimitamos a destacar o projeto de mediação familiar das Varas de Família da Comarca da Capital, foco do nosso estudo e que vem privilegiar o sujeito, do direito individual de solucionar seus conflitos familiares com o auxílio de um terceiro.

O projeto é de caráter público e dedicado à prestação de serviços, podendo surgir, a partir dele, outras políticas sociais, que beneficiem a população, na busca de seus direitos, consequência das mudanças, sociais e familiares, nos últimos tempos (ÁVILA, 2001).

É um projeto que vem ao encontro da modernidade, auxiliando as novas formas de famílias a resolverem seus conflitos, com procedimentos mais adequados,

de acordo com a realidade que elas estão vivendo, fugindo assim daqueles métodos tradicionais.

O projeto, a priori é executado no Fórum da Capital, com o intuito de estendê-lo para todo o estado. Veio enriquecer a prestação do serviço judiciário, tornando-o mais humanizado, ágil, eficaz e justo.

Com esse comprometimento de inovação, o projeto de mediação familiar propõe transformar a prática jurídica estatal em uma organização mais democrática e acessível à população, voltada para a emancipação do indivíduo, buscando as formas legais de uma maneira mais eficiente e ágil. A lei deve estar em benefício do cidadão, sem abdicar-se, entretanto, da presença do Estado.

Trata-se de um projeto piloto elaborado e coordenado pela assistente social, Eliedite Mattos Ávila, funcionária do Poder Judiciário de Santa Catarina à época de implantação, lotada na Assessoria Psicossocial do Tribunal de Justiça. O projeto foi elaborado a partir de sua dissertação de mestrado, intitulada Transferência de Práticas de Mediação Familiar, um estudo Brasil / Canadá, apresentada à Universidade de Montreal (Canadá).

Tem como objeto de trabalho o conflito familiar, que se manifesta no divórcio, na separação judicial, dissolução de sociedade de fato, alimentos e regulamentação de visitas.

O público-alvo são pessoas residentes na Ilha, com renda familiar inferior a dez salários mínimos.

O serviço é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar envolvendo advogados, assistentes sociais, psicólogos e estagiários de serviço social. Os mediadores familiares que atuam no projeto devem ter uma capacitação específica em mediação familiar.

Dessa forma, o projeto de mediação familiar reúne condições para oferecer aos casais um trabalho estruturado e uma abordagem sóciojurídica alternativa ao sistema tradicional de resolver as questões de separação. Objetiva ainda proporcionar ao casal o restabelecimento de comunicação, para que juntos, e de forma cooperativa, busquem a solução dos problemas na hora do rompimento conjugal.

4.1. OBJETIVOS DO PROJETO

4.1.1. Geral:

Implantar e estruturar um serviço de mediação familiar nas Varas de Família da Comarca da Capital.

4.1.2. Específicos:

- Divulgar o serviço de mediação familiar;
- Oferecer aos casais que estão se separando um método estruturado de resolução de conflitos mais humano e acessível, considerando não só os aspectos jurídicos de um conflito conjugal, mas essencialmente os relacionais, sociais e psicológicos;
- Oferecer aos usuários um procedimento mais ágil e menos burocrático;
- Promover um atendimento multidisciplinar aos casais que estão se separando;
- Prestar assistência jurídica, social e psicológica aos casos de ruptura conjugal;
- Promover a capacitação e treinamento dos mediadores.

4.1.3. Estratégia de Ação

Inicialmente, o projeto de mediação foi apresentado ao Presidente do Tribunal de Justiça, no ano de 2000. Em 2001, pela Resolução Nº 11, ele foi criado com o intuito de ser implantado gradativamente em todas as comarcas do estado que demonstrarem interesse, equipando assim os Fóruns, como também as Casas da Cidadania e Unidades Judiciais instaladas em universidades. Além de divulgar e estruturar o serviço de mediação familiar, ele incorpora o trabalho dos assistentes sociais do Poder Judiciário na prática da mediação.

Para a implantação do projeto, foram realizadas reuniões com os juízes das Varas de Família, com as assistentes sociais do Fórum, sendo também apresentado a algumas universidades, estabelecendo, dessa maneira, convênios de estágios.

A coordenação geral do projeto é de responsabilidade do Tribunal de Justiça, na condição de apoio e assessoria.

No Fórum da Capital, ele teve início em setembro de 2001, para servir então as 1ª e 2ª Varas de Família.

A equipe de trabalho ficou composta pelos dois juízes das Varas de Família, por uma pessoa responsável pelo projeto, um assistente social do Fórum como coordenador local e mediadores formados por uma equipe multidisciplinar, (assistentes sociais, psicólogos, advogados e estagiários de serviço social).

Após a formação da equipe, foi ministrado curso de capacitação em mediação familiar e um treinamento para o início do serviço, possibilitando assim o desenvolvimento do trabalho de forma organizada e estruturada.

Para que possa oferecer sempre um trabalho de qualidade, são realizadas reuniões periódicas, onde são tiradas as dúvidas, feitos questionamentos, troca de

idéias e experiências. Na troca de experiências, são feitos os comentários sobre o projeto, o que tem dado certo, o que precisa ser melhorado, e principalmente são levantadas questões acerca da temática da mediação, como ela está sendo efetivada, possibilitando buscar, dessa forma, o melhor desempenho das atividades e eficácia nos resultados.

Para que desenvolva um trabalho de qualidade e que produza resultados, o projeto de mediação do Fórum segue seis etapas para melhor orientar o mediador no processo da resolução dos conflitos familiares.

4.2. ETAPAS DA MEDIAÇÃO FAMILIAR DESENVOLVIDAS NAS VARAS DE FAMÍLIA

O projeto segue seis etapas desenvolvidas por Lèvesque, apud Ávila (2001, p.32), as quais são: A introdução ao processo de mediação familiar, a verificação da decisão de separação ou do divórcio, a negociação das responsabilidades parentais, a negociação da divisão dos bens, a negociação das responsabilidades financeiras e, por fim, a redação do acordo.

Em cada fase cabe reconhecer o conflito, colher as informações e tomar decisões, despertar um clima de confiança, obtendo, assim, informações honestas, o equilíbrio dos poderes e a equidade.

A preocupação em se ter etapas no processo de mediação é para ajudar nas intervenções do mediador. No entanto, essas etapas seguem uma ordem cronológica que não é rígida nem linear.

O primeiro momento é o contato com o usuário, quando será feita a triagem. Com a escuta atenta do recepcionista, que é um estagiário do serviço social, e com

o relato da questão pelo usuário, é diagnosticada a possibilidade de fazer a mediação ou não.

Se for caso para a mediação, é então explicado o método, e se a pessoa aceitar, é preenchido um formulário de inscrição, ver anexo I, contendo os dados pessoais como o endereço, a identificação de ambas as partes, a composição familiar, a história conjugal, o motivo pelo qual procurou o setor, outras informações, se for necessário. Em seguida, é enviada uma carta, contendo o dia e a hora, anexo I b, a qual a pessoa reclamante se encarregará de entregá-la, à outra parte, convidando-a a comparecer no setor. As sessões são agendadas com o mediador de plantão, que acompanhará o caso até a resolução, ocorrendo, em média quatro encontros para cada caso.

A recepção deve ter espaço físico apropriado para tal, de modo que a atendente possa olhar de frente para seu cliente.

4.2.1. Introdução ao processo de mediação

A primeira sessão de mediação é sempre em conjunto. Os conflitantes, geralmente são recebidos pelo mediador e convidados a entrar.

O contato do mediador com os conflitantes é muito importante, ele deve sentar-se na mesma altura das partes, de modo que possa olhar para ambos, e sua fisionomia deve ser receptiva e concentrada nas pessoas.

Os móveis também devem ser apropriados, com uma mesa redonda e ou cadeiras dispostas em forma triangular, de maneira que todos possam se olhar de

frente, não sendo adequada a posição do mediador atrás de uma mesa. Isso dá a impressão que há uma barreira entre eles.

O mediador então se apresenta, abre espaço para que os usuários também o faça. O mediador explica aos participantes os procedimentos do método, o comprometimento do sigilo sobre o assunto e o não arrolamento do mediador como testemunha, perante o Tribunal, se caso eles decidam ir para um processo litigioso. E se as partes concordarem, assinam o termo de compromisso da mediação, em que prometem respeitar as normas impostas, ver anexo II.

É importante nessa hora que o mediador transmita-lhes segurança, confiança, respeito e se intere do problema que as partes estão vivenciando. Mesmo que os participantes estejam sob forte influência de sentimentos ruins (raiva, ódio, vingança...), o mediador deve demonstrar credibilidade, explicitar aos cônjuges o que está em jogo, não deve discutir, nem tomar posições sobre o que estão falando, deve manter sempre o controle. É através de uma boa acolhida que se constrói a base da relação entre usuário e mediador.

A partir da aceitação do método, inicia-se então o processo de mediação com a entrevista, coletando alguns dados a respeito da situação financeira, divisão de bens, guarda dos filhos, enfim, tudo o que for necessário para ser discutido no decorrer do processo.

O mediador deve ter sempre o cuidado de manter o equilíbrio entre os mediados, dando oportunidade para que ambos falem. "É no discurso dos clientes que se encontram os reais desejos, de onde se desprendem os verdadeiros interesses" (VEZZULLA, 1998, p.31).

Se for necessário, o mediador poderá marcar sessões em separado, sendo o prazo de duração de cada uma determinado pelas partes e pelo mediador, de acordo com a disponibilidade de tempo de ambos e com a aceitação dos mediados.

4.2.2. Verificação da Decisão de Separação ou do Divórcio

Nesta segunda etapa, cabe ao mediador levar os conflitantes a uma discussão sobre a situação do conflito vivenciado, como também a oportunidade de resolvê-lo e assumir a responsabilidade dos próprios atos.

É fundamental que o mediador leve os conflitantes a discutirem o verdadeiro problema que está implícito e expressem os pontos negativos da relação. Nesse espaço, as partes, face a face, poderão verbalizar o conflito e então tomar consciência do que está em jogo. Expressam-se também as emoções, os sentimentos, que não têm lugar para serem discutidos na justiça.

Essas liberações das emoções permitem descarregar as energias negativas, como diz Ganância (2001, p.120), “expurga o conflito”. É um lugar onde cada um pode ouvir e falar do seu ponto de vista, de suas necessidades, de seus sofrimentos. Desse modo o mediador levará os mediados a tomarem uma decisão consciente e compreendida por ambos.

Para que o problema seja de fato resolvido, o mediador não pode deixar nada sem ser esclarecido, acalmando a angústia das partes e conscientizando-os a encontrar uma solução para o conflito, separar-se, continuar juntos ou apenas dar-se um tempo.

O mediador auxilia as partes na resolução do problema, dentro da realidade de ambos e da possibilidade de concretização, satisfazendo-as ao máximo e prevenindo questionamentos futuros.

4.2.3. A negociação das responsabilidades parentais

Nesta fase, serão feitos os acordos parciais sobre as crianças, férias, visitas, alimentos, guarda. O mediador deve conhecer o impacto que a separação causa sobre os filhos e por isso deve conduzir os pais na tomada de decisão, para que possam melhor resguardá-las e que realmente beneficie a criança ou as crianças.

Aqui está o grande mérito da mediação. É fazer os pais entenderem que não é possível negociar sobre as emoções, os sentimentos, mas que podem negociar sobre interesses concretos, reais.

O mediador passa então a articular a negociação a respeito dos direitos e deveres de cada um, a tomada de decisão e a melhor forma de obter a resolução do problema protegendo as crianças.

4.2.4. A negociação da divisão de bens

Durante esta fase, o mediador deve ter conhecimento do patrimônio pertencente ao casal, para que possam fazer uma partilha justa, segundo as necessidades de cada cônjuge. Além do que, o mediador deve ter certeza de que a

divisão dos bens ficou clara e beneficiou a ambos. É a fase na qual se concretiza a separação, por isso, é necessário esclarecer todas as dúvidas.

4.2.5. A negociação das responsabilidades financeiras

Com a partilha dos bens, resta agora examinar a situação financeira de cada cônjuge, para certificar-se das necessidades de cada um. Pesquisas constataam, conforme Ávila (2001), que as mulheres são mais prejudicadas financeiramente do que os homens na hora da separação. É preciso, portanto, minimizar os efeitos dessa desigualdade social estrutural. Cabe então ao mediador verificar essa discrepância e mostrar as diferenças, procurando opções a fim de que os mediados encontrem uma solução igualitária.

4.2.6. A redação do termo de acordo

Agora a tarefa é verificar os pontos acordados durante a mediação, resultado de uma solução consciente, responsável e mutuamente aceitável sobre os reais interesses do casal, da criança e ou das crianças.

Por estas razões, o acordo é redigido na presença de ambas as partes, numa linguagem fácil, compreensível, que tenha todas as decisões bem especificadas, tal como foram acordadas durante a mediação.

Nele constam aspectos relacionados à identificação dos cônjuges e filhos, regime matrimonial, data de casamento e da separação, se for o caso; acertos

quanto às crianças: guarda, alimento, visita, partilha de bens, outros acordos diversos, se necessários.

Depois do acordo escrito e conferido pelos cônjuges, o mediador frisa sobre as responsabilidades e o comprometimento do casal para a efetivação do mesmo.

Vocês devem lembrar-se de que são suas decisões, que vocês examinaram minuciosamente em todos os aspectos, e que vocês aprovaram o conjunto deste termo de acordo que representa a melhor alternativa para cada um de vocês e para seus filhos (ÁVILA, 2001. p.54).

No projeto de mediação do Fórum, os termos de acordos possuem uma estrutura padronizada, ver anexo III, revisados pelo advogado, que faz também a petição e acompanha as partes à audiência de homologação.

É oportuno mencionar a participação do advogado no projeto de mediação do Fórum, em que é feito uma escala mensal, com um advogado de plantão diariamente. Cabe a ele dar as informações legais necessárias aos usuários e analisar os termos de acordos feitos pelos mediadores. As audiências de homologação são agendadas pelos mediadores no próprio setor. O juiz designa uma tarde semanalmente, para homologar os acordos realizados no serviço de mediação.

4.3. DADOS ESTATÍSTICOS NO SETOR DE MEDIAÇÃO FAMILIAR DO FÓRUM DA CAPITAL

A tabela 1 a seguir apresenta o resultado dos atendimentos na triagem ocorridos entre setembro de 2001, data da implantação do projeto, e setembro de 2002, completando um ano de funcionamento. Ressalta-se aqui lembrar que, no mês de janeiro, não houve atendimento devido às férias dos juizes e profissionais da mediação.

Tabela 1: Atendimento da triagem

Encaminhados para a mediação	1.282	52%
Orientações gerais / outros encaminhamentos	1.187	48%
Total de atendimentos	2.469	100%

Conforme a tabela acima, podemos observar que mais da metade, ou seja, 52% dos usuários que procuram o serviço são casos que podem ser resolvidos na mediação e são encaminhados para tal. Os outros encaminhamentos dizem respeito às questões que envolvem a intervenção de advogados, que é uma das necessidades do usuário e que não é possível de resolver por intermédio da mediação, como: execução de sentença, questões de extremo litígio, casos em que o paradeiro de um dos cônjuges é desconhecido, pedidos de alvará judicial, ações judiciais em andamento, contestação de ação e outros.

Apresentaremos, a seguir, a tabela de atendimentos feitos na triagem no período do estágio curricular obrigatório ocorrido no período de 20 de maio a 03 de setembro de 2002.

Tabela 2: Cronograma de atendimento

TIPO DE ATENDIMENTO	Mediação	outros	Total
Dissolução de sociedade de fato	194		
Separação judicial	88		
Divórcio	19		
Definir alimento	39		
Reconhecimento de paternidade	17		
Definir guarda	10		
Modificar guarda	10		
Rever alimentos	10		
Regulamentação de visitas	03		
Definir partilha de bens	01		
Vender bens que ainda não tinham sido partilhados	01		
Definir plano de saúde	01		
TOTAL DE ATENDIMENTOS	393	344	737

A tabela acima nos mostra a demanda no setor, sendo, em média, dez atendimentos diários e, na sua grande maioria, as pessoas vêm em busca de informações sobre dissolução de sociedade de fato, em seguida é a separação judicial e a busca de alimentos para os filhos.

A tabela 3 a seguir destaca o perfil do usuário da mediação, do Fórum da Capital cujo acordo foi homologado.

Tabela 3: Perfil do usuário da mediação

USUÁRIO	M.	F.	PROF.	REN.	SP. J.	DV.	D. S. F.	AL.
		X	Digitador	340,00				X
		X	Cobrador	478,00				X
		X	Doméstica	400,00	X			
		X	Babá	360,00		X		
	X		Vigilante	400,00	X			
	X		Bombeiro	700,00				X
		X	Do Lar	X			
		X	Do Lar	X			
	X		Gerente	686,00			X	
		X	Estudante				X
		X	Ser. gerais	190,00		X		
		X	Faxineira	X			
	X		Motorista	920,00	X			
		X	Aposentada	200,00	X			
		X	Do Lar			X	
		X	Autônomo	400,00	X			
	X		Ser. gerais	215,00			X	
	X		Caixa	450,00	X			
	X		Bombeiro	950,00				X
		X	Do Lar	X			
TOTAL								20

Podemos verificar na tabela acima que, das 20 fichas pesquisadas, 13 são de mulheres que procuraram o setor. E os acordos homologados são de separação judicial, num total de 10, equivalentes a 50% do pesquisado. Dá para se ter também

o perfil do usuário referente à renda, a profissão e o motivo pelo qual procurou o setor da mediação.

Em seguida, salientaremos os principais motivos pelos quais as pessoas procuram o setor e quem o procura.

Tabela 4: Motivos pelos quais procuram o setor e quem o procura

QUEM PROCUROU	M.	F.	DIS. S. F.	DIV.	SEP. J.	ALI.	TOTAL
	07	13	12	02	02	04	20

Segundo as 20 fichas averiguadas, constata-se que o setor é procurado por um número bem maior de mulheres, somando 65%. E a informação mais desejada é sobre a dissolução de sociedade de fato, em seguida, é o pedido de alimento para os filhos, com 20%.

Essa diversidade de conflitos familiares. Agora é possível ser entendida e resolvida através da mediação e que também veio enriquecer a prestação do serviço jurisdicional, para que seja mais eficaz e justa, em respeito à liberdade individual e à dignidade da pessoa, passamos na sequência, relatar um dos casos, o qual foi solucionado por meio deste serviço.

Em cumprimento com a ética e os princípios da mediação, que assegura o sigilo, os nomes descritos no caso abaixo são fictícios.

Valdemir e Margarete

Margarete procurou o setor, pois queria pensão alimentícia para os três filhos que tivera com Valdemir no tempo em que moraram juntos. Já estavam separados há algum tempo e Valdemir nunca mais lhe ajudara no sustento das crianças. Dizia ela que as duas meninas mais velhas estavam na escola e elas precisavam de ajuda. Margarete casara-se novamente, estava grávida do atual marido. Por isso não podia mais trabalhar muito, trabalhava de faxineira e não tinha mais forças para

tanto. Por conseguinte, precisava que Valdemir a ajudasse no sustendo das crianças, que ela tivera com ele. Foi feito o cadastro de inscrição, Margarete levou a cartinha para Valdemir, e no dia marcado, os dois compareceram para a mediação. Chegando o horário determinado, a mediadora Gizelle convidou o casal para entrar na sala de mediação, ela os ajudou a acomodarem-se, pois estavam bastante nervosos.

Gizelle se apresentou, abriu espaço para que o casal fizesse o mesmo, dando início à sessão, explicou os procedimentos da mediação, os dois concordaram em fazer. Margarete começou a falar, dizendo que apenas as duas meninas estavam registradas no nome dela e que o menino nem registro tinha, demonstrando interesse em fazê-lo, pois as meninas já freqüentavam a escola e precisavam deste. Afirmava ainda Margarete, que ela estava com dificuldades para sustentar as crianças, pedia para que Valdemir a ajudasse. Valdemir mantinha-se em silêncio. A mediadora passou então a palavra para ele, que reconheceu os filhos e disse que iria ao cartório com Margarete para fazer os registros.

Não falavam de seus sentimentos, a conversa se limitava apenas aos registros das crianças, ao alimento e às visitas. Nessa sessão, Valdemir se comprometeu em ir ao cartório e fazer os registros das crianças, inclusive marcaram dia e hora para se encontrarem no cartório onde Margarete tinha feito o registro das filhas. Foi pouco conversado sobre o alimento e a visita. Margarete não tinha certeza de quanto precisava de pensão e nem Valdemir sabia quanto dar, pois era servente de pedreiro e não tinha salário fixo. Ele então se comprometeu em dar uma quantia em dinheiro semanalmente, enquanto não definissem o valor que as crianças precisavam e que ele podia pagar. Falaram também um pouco sobre as visitas de Valdemir às crianças e que ele iria vê-las na casa da mãe dele, que ficava próxima

da casa de Margarete, nos próximos sábados, até concordarem os dias e os horários definitivos. Assim, foi marcado o retorno para a próxima sessão.

As outras sessões transcorreram mais tranquilas, eles registraram os filhos, concordaram que Valdemir pagaria uma pensão de um salário e meio por mês, depositando o dinheiro até o dia dez de cada mês, em conta corrente, num banco, aberta para esse fim. Com relação às visitas, foi definido que Valdemir veria as crianças todos os sábados, na casa da avó paterna, que morava perto delas. Isto apenas por enquanto, já que ele morava em uma pensão e não tinha como levar as crianças naquele lugar.

Na última sessão, na presença de ambos, foi redigido o termo de acordo, pela mediadora, o qual foi lido para as partes para que eles se certificassem do conteúdo e concordassem com o mesmo. Após a revisão e análise dos termos do acordo pelo advogado de plantão, marcaram a audiência de homologação com o juiz.

Os conhecimentos são produzidos como consequência de nossas ações e, portanto, depende de nós, da nossa ética e do nosso profissionalismo, com claro referencial teórico, metodológico, prático e político, que emerge o perfil questionador, empreendedor e inovador do assistente social, como mediador que também ganha espaço na esfera jurídica, ao colocar a cidadania, a defesa, a preservação e a conquista de direitos como foco de trabalho.

O assistente social vem se destacando nos estudos e evolução dos métodos alternativos de resolução de conflitos, como o de mediação familiar, para um espaço pluralista, descentralizado e participativo, edificador de uma cultura político-jurídica emergente, marcada pela convivência das diferenças.

4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando e participando do projeto de mediação familiar do Fórum da Capital, no início como estagiária e posteriormente como mediadora, percebi que é uma prática de intervenção inovadora, possibilitando as pessoas em conflito resolverem seus próprios problemas, levando a decisão ao juiz apenas para homologar o que foi acordado.

É um modelo válido que pode ser seguido por outros Tribunais, fazendo com que os problemas possam se resolvidos em muito menos tempo e com menor custo.

No projeto de mediação familiar do Fórum da Capital, as pessoas não têm gastos. O projeto está estruturado para atender gratuitamente as pessoas que ganham no máximo dez salários mínimos.

A mediação se contrapõe ao processo convencional, quanto a sua agilidade e eficiência, pois ele é mais rápido, tendo em vista que os próprios conflitantes resolvem o problema, estabelecendo o tempo. É mais eficiente porque procura satisfazer a ambos, em decorrência de que os próprios conflitantes discutem a questão. Desafoga um pouco mais o sistema judiciário, que não vem correspondendo com a expectativa da população, onde processos se arrastam por tempos intermináveis sem solução, deixando na espera as pessoas que deles necessitam, sem poder dar rumo a sua vida.

Além de o método de mediação acompanhar as transformações ocorridas na sociedade e na família, nos últimos tempos, ele também vai construindo e reconstruindo parte da história, acompanhando a modernização, em que o formal dá lugar à informalidade, à praticidade, deixando de lado o conservadorismo. A intervenção direta em que as partes são convidadas a resolverem seus próprios conflitos vem ao encontro da realidade que se está vivendo, na qual as pessoas não

dispõem de tempo para ficarem aguardando decisões demoradas. Elas têm urgência na resolução do problema, precisam reorganizar suas vidas e principalmente organizar a vida dos filhos.

Outro aspecto importante na mediação é que as partes resolvem seus conflitos no âmbito da privacidade, sem precisarem de testemunhas ou outras provas que as constranjam.

É na mediação que os conflitantes têm a liberdade e a certeza do sigilo, de falarem dos seus sentimentos, angústias, temores, dos acontecimentos do passado, perspectivas para o futuro, falarem da situação atual, profissão, questões psicológicas, envolvimento com drogas, ou alguma conduta duvidosa.

Em um momento como esse, as partes também assumem a responsabilidade para com os filhos, por exemplo, o que podem oferecer materialmente, carinho, se há algum problema de saúde que exige cuidados especiais, como fazer, quem dos dois despende de maior tempo para fazê-lo e ainda outras necessidades que muitas vezes não são possíveis de equacionar na justiça tradicional.

As questões trabalhadas na mediação pelas próprias partes têm muito mais clareza e entendimento. Conseqüentemente, a eficácia do acordo e a probabilidade do seu cumprimento com durabilidade são bem maiores, tendo em vista que foi elaborado, concordado e aprovado por ambos, com consciência e responsabilidade, principalmente em relação às necessidades e os reais interesses das crianças.

Os juizes por formação não são habilitados a avaliarem as emoções e sentimentos, mesmo porque sua obrigação consiste em decidir o litígio, segundo as leis vigentes, ainda que imaginem que a rivalidade e a luta persistirão.

Outra questão a salientar na mediação é que o usuário pode desistir e recomençar a mediação a hora que desejar. Muitas vezes, durante o processo de

mediação, surgem dúvidas ou o casal, em caso de separação, resolve se dar mais uma chance e volta a morar junto, ou fazer outras experiências antes de decidir definitivamente, então o cadastro é arquivado no setor, e se desejar pode retomar o processo.

Cabe também destacar, que no método da mediação faz parte do processo uma terceira pessoa que não é o juiz, nem o advogado, mas um mediador, imparcial e capacitado em apenas mediar.

Ele tem conhecimento teórico e prático, está atento a todas as conversas, gestos e atitudes, procura esclarecer dúvidas, possibilitando que os próprios conflitantes criem propostas.

Dessa forma, o mediador faz cumprir a principal função da mediação, que é a restauração da comunicação entre as partes e a resolução do conflito por eles mesmos, o que é muito importante, sem a interferência de terceiros.

Para o sucesso da mediação, é indispensável a auto-avaliação do mediador, assim como de todo o processo de mediação, possibilitando, desse modo, as correções necessárias e o aprimoramento da mesma sempre em busca da melhor qualidade no atendimento e da satisfação do usuário.

Finalmente, a partir do embasamento teórico, é possível que se interprete a realidade, utilize os procedimentos adequados em busca de soluções mais eficientes e satisfatórias.

Os profissionais da mediação não podem ficar omissos às questões sociais, e aqui suscitamos especial atenção “aos assistentes sociais em Fóruns de justiça na área da família, que há muito já utiliza o método de mediação na resolução de conflitos familiares, deixando na mão do usuário o poder de decisão. Entretanto não

adota procedimento estruturado, sistematizado e estudado, como se tem no projeto de mediação familiar” (ÁVILA, 2001).

Portanto, assistentes sociais e mediadores, que têm como objeto de trabalho o conflito familiar, deverão ter sensibilidade e prezar pela ética e justiça, possibilitando às partes em conflito chegarem ao acordo igualitário, respeitando as diferenças e limites dos usuários e do próprio mediador. Isto faz com que o método de mediação não sirva apenas para a resolução de conflitos, mas de exercício da cidadania, resgatando sua autonomia, independência e auto-estima.

As estratégias usadas no processo de mediação familiar têm função de educar, politizar, disciplinar e, principalmente, capacitar o cidadão no que se refere à resolução de seus conflitos familiares. Não é apenas uma intervenção imediatista e paliativa, mas realiza um trabalho direcionado a desenvolver as potencialidades do sujeito, no que diz respeito à liberdade, nas conquistas democráticas da justiça social e da cidadania sócio-política.

As questões enfatizadas sobre a mediação familiar, como vimos, fazem parte de um trabalho inovador e que tem se mostrado eficiente. Sem dúvida alguma, é uma proposta transformadora, que contribuirá para que as questões familiares sejam compreendidas, transformadas e resolvidas de forma consciente, construindo-se, assim, um sujeito mais feliz.

Certamente ainda há muito por se fazer, já que não trata-se de uma proposta perfeita e acabada, é apenas o início de um trabalho cujo entendimento, divulgação e aprimoramento devam ser agilizados, possibilitando um melhor exercício da cidadania, em busca da liberdade e da justiça, enfim, da paz social.

Vislumbra-se estar contribuindo com pequenos passos na transformação gradual do atual sistema judiciário.

REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. Aproximações teóricas e conceituais de família e violência no final do século XX. In: **Texto e contexto: família e violência**, 1999, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 1999.

AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Separação e divórcio**. 6.ed. São Paulo: Ceud, 2001.

ÁVILA, Eliedite Mattos. **Projeto piloto de mediação familiar nas varas de família da comarca da capital**. Florianópolis: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, março/2001.

_____. **Mediação familiar: formação de base**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas TJSC, agosto/2001.

_____. Mediação familiar. In: SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. **O serviço social no poder judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas - TJSC, 2001, p.136-158.

_____. Pelo fim do litígio. **Boletim IBDFAM**, Belo Horizonte, n.15, ano 2, junho/julho, 2002.

_____. **Relatório do serviço de mediação familiar implantado nas varas de família do fórum da capital**. Florianópolis: Tribunal de Justiça de Santa Catarina outubro/2002.

BRASIL. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Adolescente, Estatuto da Criança e do. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Florianópolis: Edeme, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Manuais de legislação Atlas**, São Paulo, 16.ed., 2000.

IBREITMAN, Stella; BREITMAN, Stella; PORTO, Alice Costa. **Mediação familiar**. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

BREITMAN, Stella Galbinski. Mediação familiar: do conflito ao acordo. In: IDEF – Instituto Interdisciplinar de direito de Família. **Direito de família & interdisciplinaridade**. Curitiba: Juruá, 2001, p.135-139.

BRITO, Leila Maria Torraca de. **Separando**: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas varas de família. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / UERJ, 1993.

CARMO, do Valéria. Mediação familiar: uma prática do serviço social das varas da família do fórum da comarca de Florianópolis. **Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social**. Florianópolis: UFSC, 1999.

COSTA, Gley P.; KATZ, Gildo. **Dinâmica das relações conjugais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

DAL PIZZOL, Alcebir; SILVA, Simoni Regina da. O serviço social no poder judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos. In: SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. **O serviço social no poder judiciário de Santa Catarina**: construindo indicativos. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas - TJSC, 2001, p.19-28.

DIAS, Maria Berenice. As famílias de hoje. In: IDEF – Instituto Interdisciplinar de direito de Família. **Direito de família & interdisciplinaridade**. Curitiba: Juruá, 2001, p.19-22.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FANTINI, Flaminio; NUNES Ângela. Duelo na separação conjugal. **Revista Veja**. São Paulo, ano 34, n.23, p.122-129, 13 de junho de 2001.

FILHO, Waldir Grisard, O recurso da mediação nos conflitos de família. **Revista Brasileira de Direito de Família**, [S.l.], n.14, 2002.

GANANCIA, Danièle. Justiça e mediação familiar: uma parceria a serviço da co-parentalidade. **Revista do Advogado**, São Paulo, n.62, p.7-15, março/2001.

GIORGIS, José Carlos. A natureza jurídica da relação homoerótica. **Del Rey Revista Jurídica**, Belo Horizonte, ano IV, n.8, p.12-13, maio/2002.

GRUNSPUN, Haim. **Mediação familiar**. São Paulo: LTR, 2000.

HAYNES, John M.; MARODINM, Marilene. **Fundamentos da mediação familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

JUNIOR, Humberto T. **Curso de direito processual civil**. 22.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Famílias hoje: o começo da conversa. In: **Texto e contexto: família e violência**, 1999, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 1999.

MOORE, Christopher W. **O processo de mediação**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NUNES, Larissa Christina Leifer. Saber cuidar saber intervir: um desafio dos profissionais do setor do serviço social das varas de família. **Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social**. Florianópolis: UFSC, 2002.

OLIVEIRA, Euclides Benedito de. União Estável. **Del Rey Revista Jurídica**, Belo Horizonte, ano IV, n.8, p.15, maio/2002.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. A vitória da ética. **Del Rey Revista Jurídica**, Belo Horizonte, ano IV, n.8, p.5-8, maio/2002.

RIBEIRO, Maria Salete. **A questão da família na atualidade**. Florianópolis: loesc, 1999.

SERPA, Maria de Nazareth. **Mediação de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SILVA, Karen Schürhaus. A análise do estudo social nos processos de guarda nas varas de família, órfãos e sucessões do fórum de justiça da comarca da capital. **Trabalho de Conclusão de Curso**, Florianópolis: UFSC, 2002.

SILVA, Paulo Lins e. Mediação familiar em Santa Catarina. **Boletim IBDFAM**, Belo Horizonte, n.13, ano 2, janeiro/fevereiro, 2002.

SOARES, Lucila. A nova cara do Brasil. **Revista Veja**. São Paulo, ano 35, n.19, p.82-83, 15 de maio 2002.

SOUZA, Aline de. Guarda compartilhada: aspectos que envolvem esta modalidade. **Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social**, Palhoça: UNISUL, 2002.

SOUZA, Marli Palmas. **Família em situação de violência**: mediando conflitos. Florianópolis: Boiteux, 2001.

TONDO, Cláudia Tatiana. O ciclo de vida da família e suas conflitivas. In: IDEF – Instituto Interdisciplinar de direito de Família. **Direito de família & interdisciplinaridade**. Curitiba: Juruá, 2001, p.11-18.

VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Lucilene Cássia Policarpo. Adoção e relações familiares. **Revista Katalysis**, Florianópolis, n.2, p.49-57, 1998.

VEZZULLA, Juan Carlos. **Teoria e prática da mediação**. 5.ed. Balneário Camboriú: Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, 2001.

VEZZULLA, Juan Carlos. **Mediação**: guia para usuários e profissionais. Balneário Camboriú: Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, 2001.

WARAT, Luís Alberto. **O ofício do mediador**. Florianópolis: Habitus, 2001.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**. São Paulo: Alfa Omega LMTD, 1994.

ANEXOS

ANEXO I

Formulário de inscrição de um pedido de mediação

Data: / /

Secretário.....

Protocolo Nº.....

1. Identificação do Requerente:

Nome:..... Est. Civil.....

Idade:..... Profissão:.....

Escolaridade e Formação Acadêmica:.....

Local de Trabalho:..... Renda Mensal: R \$.....

Endereço Residencial:.....

Telefone:.....

2. Identificação do Cônjuge ou Requerido

Nome:..... Est. Civil.....

Idade:..... Profissão:.....

Escolaridade e Formação Acadêmica:.....

Local de Trabalho:..... Renda Mensal: R \$.....

Endereço Residencial:.....

Telefone:.....

3. Composição Familiar

Número de Filhos:.....

Número de Dependentes:.....

4. História Conjugal

Casamento ()

Data do Casamento:.....

União Informal (união estável, concubinato, dissolução de sociedade de fato) ()

Tempo de Convivência:.....

Data da Separação:.....

Mãe Solteira ()

Pai solteiro ()

5. Motivo

Separação Judicial ()

Divórcio ()

Dissolução de Sociedade de Fato ()

Alimentos ()

Pensão Alimentícia (entre os conviventes) ()

Regulamentação de Visitas ()

Transferência de Guarda ()

Outros

(

)

Especificar.....

6. Informações Legais

Existe Alguma Ação Ajuizada? Sim () Especificar:..... Não ()

Nome do Advogado:.....

Data do 1º Atendimento de Mediação: / /

Sala nº.....

Nome do Mediador:.....

Horário.....

Observações Gerais:.....

Data de Retorno (Controle Mediador):.....

Data de Retorno (Controle Mediador):.....

Data de Retorno (Controle Mediador):.....

Datas de Retorno (Controle Mediador):.....

CADASTRO DA SESSÃO DE MEDIAÇÃO

Data: / /

Protocolo nº.....

Mediador.....Profissão:.....

Composição Familiar

Nome dos Filhos:.....Idade:.....Ano Escolar.....

Nome dos Filhos:.....Idade:.....Ano Escolar.....

Nome dos Filhos:.....Idade:.....Ano Escolar.....

Nome dos Filhos:.....Idade:.....Ano Escolar.....

Houve Acordo: Sim () Não ()

Acordo Encaminhado para Homologação () Arquivado no setor sem Homologação()

Houve Reconciliação ()

Houve Abandono ()

Outros Encaminhamentos:.....

Tipo de guarda

Paterna ()

Materna ()

Compartilhada ()

Outros ()

Especificar:.....

Termo de Acordo

Alimentos ()

Dissolução de Sociedade de Fato ()

Separação ()

Divórcio ()

CARTA

Ilmo. (a) Sr. (a).....

Solicitamos o seu comparecimento.....

No setor deda Vara de.....,

Fórum da Justiça, no dia...../...../..... às horas, a fim de tratarmos de
assunto do seu interesse.

.....dede 200.....

.....
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS:.....

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE MEDIAÇÃO

Por meio deste TERMO DE COMPROMISSO DE MEDIAÇÃO, que entre nós celebramos, Parte 01 (nome completo, estado civil, profissão, endereço), Parte 02 (nome completo, estado civil, profissão, endereço), doravante denominados PARTES e MEDIADOR (nome completo, estado civil, profissão, endereço), acordam e estabelecem as seguintes cláusulas:

- 1-(**Nome das partes**), livre e espontaneamente, elegem (**Nome do Mediador**) para condução do processo de Mediação, a respeito do (**assunto**), podendo, a qualquer tempo, desistirmos desta prática de resolução de conflitos.
- 2-Serão suspensos todos os procedimentos judiciais sobre o conflito durante a fase da Mediação.
- 3- O MEDIADOR poderá, a seu critério, declarar, a qualquer momento, o encerramento dos trabalhos, caso constate a impossibilidade de resolução do conflito apresentado por meio da Mediação.
- 4- As PARTES e o MEDIADOR estão cientes e de acordo que tudo o que for discutido oralmente, bem como todo e qualquer documento que venha a ser apresentado ou produzido, durante as sessões de MEDIAÇÃO, será mantido em absoluto e completo sigilo.
- 5- As PARTES concordam em não arrolar o MEDIADOR como testemunha ou informante de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial que verse sobre o conflito mediado.
- 6- As sessões serão realizadas na presença das PARTES e do MEDIADOR podendo, entretanto, a critério do MEDIADOR, ocorrerem sessões em separado, sendo o prazo de duração de cada uma determinado pelas PARTES, em harmonia com os horários e disponibilidade do MEDIADOR.
- 7- Nos casos em que houver sessões em separado, com uma ou ambas as PARTES, o MEDIADOR só poderá divulgar, no todo ou em parte, o que foi conversado em separado se houver autorização da parte ou se evidenciado casos de violência que necessitam ser denunciados.
- 8- O MEDIADOR não atuará, em momento algum, como representante das PARTES, sendo aconselhável às mesmas, se assim o desejarem, que consultem seus advogados quanto aos seus interesses antes de firmarem qualquer acordo resultante da presente mediação.
- 9- As PARTES comprometem-se a fornecer todas as informações e documentos necessários para a resolução do conflito.
- 10- O Serviço de Mediação, enquanto realizado no âmbito do Poder Judiciário, é isento de custos.

E, por estarmos justos e acertados, cientes de nossos direitos e obrigações, firmamos o presente Termo de Acordo de Mediação em três vias, de igual teor e valor.

Local e Data:.....

.....
PARTE 1

.....
PARTE 2

.....
MEDIADOR

ANEXO III

UNIÃO INFORMAL (união estável, concubinato ou sociedade de fato)

Nome:
Estado Civil:
Profissão:
Local de Trabalho:
Renda:
Endereço Residencial:
Telefone:

Nome:
Estado civil:
Profissão:
Local de Trabalho:
Renda:
Endereço Residencial:
Telefone:

INFORMAÇÕES GERAIS

Foram adquiridos bens durante a união informal? Em caso positivo, quais?

Filhos maiores (comum):

Filhos menores ou incapazes e respectivas idades:

TERMO DE ACORDO DE DISSOLUÇÃO**União informal**

- Reconhecem a existência da união informal dea.....,

Quando houve sua dissolução de fato:

Guarda (Residência principal)

- A guarda dos filhos menores ou incapazes ficará com quem?

Visitas (Acesso)

- A visitação ocorrerá de que forma?

Alimentos

- O pai ou a mãe não guardião pagará alimentos para os filhos equivalentes a quanto?

Pensão alimentícia (entre os conviventes)

- Renúncia ()
- Dispensa ()
- Valor equivalente a:

Divisão de bens (a ausência de acordo sobre a partilha não impede a homologação do consenso sobre a separação). A partilha dos bens comuns ocorrerá da seguinte forma:

- Ao senhor.....tocarão os seguintes bens:
- À senhora.....os seguintes bens:
- Não desejam realizar acordo sobre a partilha dos bens ().

Florianópolis,...../...../.....

.....
Homem

.....
Mulher

.....
Mediador

Documentos importantes (fotocopiar)

- Dos bens comuns
- Certidão de nascimento dos filhos
- Contrato de convivência
- Comprovante de rendimentos

CASAMENTO

Nome:
Estado Civil:
Profissão:
Local de Trabalho:
Renda Mensal: R\$
Endereço Residencial:
Fone:

Nome:
Estado civil:
Profissão:
Local de Trabalho:
Endereço Residencial:
Fone:

INFORMAÇÕES GERAIS

Foram adquiridos bens durante a união conjugal? Em caso positivo, quais?

Filhos maiores (comuns):

Filhos menores ou incapazes e respectivas idades:

Casamento

- Data do casamento
- Regime de bens

TERMO DE ACORDO DE SEPARAÇÃO

Guarda (Residência principal)

- A guarda dos filhos menores ou incapazes ficará com quem?

Visitas (Acesso)

- A visitação ocorrerá de que forma?

Alimentos

- O pai ou a mãe não guardião pagará alimentos para os filhos equivalentes a quanto?

Pensão alimentícia (entre os cônjuges)

- Renúncia ()
- Dispensa ()
- Valor equivalente

Divisão de bens (a ausência de acordo sobre a partilha não impede a homologação do consenso sobre a separação). A partilha dos bens comuns ocorrerá da seguinte forma:

- Ao senhor.....tocarão os seguintes bens:
- A senhora.tocarão os seguintes bens:
- Não desejam realizar acordo sobre a partilha dos bens ().

Nome da Mulher:

Florianópolis,...../...../.....

.....

Homem

Mulher

.....

Mediador

Documentos importantes (fotocopiar)

- Certidão de casamento
- Dos bens comuns
- Certidão de nascimento dos filhos
- Comprovante de rendimentos

ALIMENTOS

Responsável (Nome da Mãe):
Estado Civil:
Local de Trabalho:
Renda:
Endereço Residencial:
Telefone:
Nome do (s) Filho (s) (que irá receber os alimentos):

Alimentante Nome do pai:
Estado civil:
Profissão:
Local de trabalho:
Renda:
Endereço Residencial:
Telefone:

INFORMAÇÕES GERAIS

Filhos maiores (comuns):

Filhos menores ou incapazes e respectivas idades:

Situação dos pais (casamento ou união informal ou inexistência de união)

TERMO DE ACORDO

Alimentos

- O pai ou a mãe não guardião pagará alimentos para os seus filhos equivalentes a quanto?
- Forma de pagamento e data de pagamento;
- Pagamento mediante recibo ou depósito;
- Fixar os alimentos em cima do contra-cheque ou carteira de trabalho.

Somente fixar em cima do salário mínimo se for autônomo.

Guarda (Residência principal) (opcional)

- A guarda dos filhos menores ou incapazes ficará com quem?

Visitas (Acesso) (opcional)

- A visitação ocorrerá de que forma?

Florianópolis,...../...../.....

.....
Homem

.....
Mulher

.....
Mediador

Documentos importantes (fotocopiar)

- Certidão de nascimento dos filhos que receberão os alimentos
- Certidão de casamento ou contrato de convivência
- Comprovante de rendimento do alimentante